

Randolph Bourne

CONTRA A GUERRA

Em *Contra a Guerra* deparamo-nos com um dos primeiros manifestos pacifistas do século XX. Trata-se de um ensaio que põe em relevo as contradições da democracia em tempo de guerra: a usurpação do poder e a limitação das liberdades em nome do povo e da defesa da democracia. Com uma linguagem mais do que clara, Bourne explica todo o processo mediante o qual os cidadãos de uma cidadania moderna podem ser levados, sem a menor suspeita, para um estado de guerra sobre o qual nunca terão controle algum. Poucas guerras e conflitos terão ocorrido nos séculos XX e XXI sem que se tenham seguido os mesmos passos que, tão detalhada e minuciosamente, são descritos por Bourne. Para Bourne, quanto às guerras, não há diferenças entre ditaduras e democracias. A guerra constitui algo imparável e contra a qual o desenvolvimento humano ou civilizacional não são garantia.

Randolph Bourne

CONTRA A GUERRA



Se alguém há que tenha um fantasma, Bourne tem-no. Um diminuto fantasma, sem cicalrizes, de capa preta dos pulos pelas entrecostas suas de tijolo e pedra que ainda restam no centro de Nova Iorque a gritar num riso-ebafado: *A guerra é a saúde do Estado.*

John dos Passos

OPERA OMNIA

WWW.OPERAOMNIA.PT
WWW.FACEBOOK.COM/OPERAOMNIAEDITORIA



OPERA OMNIA

Randolph Bourne

Contra
a
Guerra

Introdução, Tradução e Notas
JAIME BECERRA DA COSTA



Autor
Randolph Bourne

Título
Contra a Guerra

Introdução, Tradução e Notas
Jaime Becerra da Costa

Colecção
Cogito

Edição
OPERA OMNIA – Edição, Distribuição e Comercialização de Livros
Rua de Camões, 116 - 4810-442 GUIMARÃES
Tel. / Fax: 253 574 806 - Tlm. 965 870 849
E-mail: geral@operaomnia.pt
web: www.operaomnia.pt

Paginação
M. Fernandes

Capa
João Ramos
joaoramos@lustrudesign.com

Copyright
Opera Omnia

Execução gráfica
Papelmunde – Sociedade de Manufaturas Gráficas, Lda.

ISBN
978-989-8309-91-4

Depósito Legal
413844/16

Agosto de 2016

The world is no stage, with the ironist as audience... He is as much part and parcel of the human show as any of the people he studies... If the ironist is destructive, it is his own world he is destroying; if he is critical, it is his own world he is criticizing. And his irony is his critique of life.

RANDOLPH BOURNE
The Life of Irony

INTRODUÇÃO

No transcorrer histórico dos Estados Unidos e passado mais de meio século após a morte de Henry David Thoreau, deparamo-nos com outro grande vulto do pensamento norte-americano que nos oferece uma visão tão negativa acerca do Estado como igualmente arrojada. Se, para Thoreau, o Estado incitava, como reacção, à desobediência civil, para Randolph Bourne (1886-1918), a sobrevivência do Estado, a sua saúde, estará inexoravelmente associada à necessidade da guerra. As razões de base para esta coincidência anti-Estado, em ambos, não serão outras senão um sentimento acentuado de que o indivíduo, pilar essencial do sistema político desenhado pelos Pais Fundadores norte-americanos, estaria ameaçado pelo sistema que ele próprio criara.

A união, a partir da diversidade, tem sido uma preocupação sempre presente nos Estados Unidos. Desde o período colonial, a união facultava a possibilidade de pôr os esforços colaborativos de uma comunidade, ao serviço de algo tão essencial como era a sua mera subsistência, num ambiente evidentemente adverso. Longe da autoridade régia, são as comunidades locais de carácter civil ou religioso que ganham autonomia, para dar solução imediata a todas as eventualidades que fossem surgindo. Estas comunidades de destino são justificadas, mediante um projecto de desenvolvimento focado na consecução do bem comum, sinónimo de, pelo menos, uma tentativa no esforço dirigido à melhoria das condições de vida de toda uma comunidade. É, precisamente, desta maneira que o indivíduo e a sua comunidade possuem a percepção de estar envolvidos num processo de sustentabilidade e de auto-criação ideal em função de uns fins mais elevados, num decurso que não deixa de possuir características utópicas. O processo formativo americano partilha, efectivamente, dos ideais da modernidade, pois, como processo que afecta a *polis*, desde o seu momento inicial, surge de uma tensão que acaba por se definir como encaminhada à libertação do ser humano e de melhoria geral das suas condições.

Tal como Henry David Thoreau, Bourne morreu jovem, aos 32 anos, no alvorecer da vida, sem que chegasse a conhecer reconhecimento algum no sossego da idade adulta. Ironicamente, ambos tentaram fazer da juventude o motivo e o alicerce para efectuar a renovação do seu país. Mas é já, também,

Existe uma filosofia radical que ilumina o nosso meio e que nos oferece condições para expressar aquilo que vemos, coordenando tudo aquilo que, de outro modo, bem poderia ter acabado por ser tão-só reacções pessoais sem objectivo algum.⁴

São estes os tempos da *Progressive Era*, caracterizada, como já vimos, pelo optimismo e pela fé na racionalidade e também por uma mobilização, sem precedentes, da sociedade civil, que acaba por impelir para uma acção política os partidos tradicionais, a fim de corrigir todo o tipo de iniquidades, principalmente as de ordem económica. Teremos de ter em conta, como ponto de partida, aquilo que o novo país inicialmente se propusera realizar de diferente, em relação ao mundo, pois os Estados Unidos são um país criado e têm a oportunidade única de se desenvolverem sobre a novidade e a diferença, tanto em relação a si próprios como em relação ao seu modo de estar no mundo. A leitura dos seus valores iniciais tem-se prestado às mais variadas interpretações, desde os mais diversos quadrantes de ordem política; daí, a possibilidade de se poder falar, por parte daqueles intelectuais mais comprometidos com uma visão progressista, de um desvio histórico, à medida que se vão consolidando as formas de governo. É aqui que Bourne surge como um intelectual crítico em relação ao desenvolvimento dos Estados Unidos.

Baste mencionar, a título de exemplo, que um terço da população vive na pobreza e que dois por cento da população controla perto de sessenta por cento da riqueza do país. É esta a riqueza gerada pelos grandes grupos industriais siderúrgicos, dos conglomerados dedicados à exploração mineira, aos caminhos-de-ferro, à extracção de petróleo e à produção e transformação do tabaco que, na maioria das vezes, beneficiam de um poder monopolístico, para controlar os mercados. Tanto Woodrow Wilson, do Partido Democrata, com a sua *New Freedom*, como Theodore Roosevelt, do Partido Republicano, com o *New Nationalism*, partilham do ímpeto reformista dominante e fazem do *progressivismo* uma corrente de pensamento trans-partidária. Fora destas personalidades do Partido Republicano e do Democrata, irrompe, com suficiente energia para ganhar representatividade, o Partido Socialista Americano,⁵ um partido de carácter moderado, apelativo para a classe média e para os imigrantes e liderado pelo pacifista Eugene Debs. Nesta altura, destaca também o trabalho do governador republicano de Wisconsin, Robert La Follette,

⁴ "Youth", in Martin S. Sheffer, ed., *In Search of Democratic America: The Writings of Randolph Bourne*, Lanhan-Maryland Lexington, Books, 2002, p. 19.

⁵ Nas eleições de 1912, verificou-se uma autêntica onda que rende ao Partido Socialista quase um milhão de votos, o que representava 6% dos votantes. Por outro lado, a imprensa socialista vive uma época dourada com perto de três milhões de eleitores: só o periódico *Appeal to Reason* possui mais de 760 000 assinantes. No poder local, o Partido Socialista, que tem 115 000 filiados, está representado, em 340 municípios de 24 estados, por perto de 1200 membros.

que acabará por fundar o Partido Progressista,⁶ com o qual concorreria às eleições presidenciais de 1912 o ex-presidente Theodore Roosevelt.

Devido a este espírito reformista, são várias, e de impacto assinalável, algumas das reformas levadas a cabo. No campo político, foram implementadas a participação directa nos partidos dos cidadãos, mediante eleições primárias, as eleições directas de senadores, a utilização mais generalizada dos *referenda*, a possibilidade de submeter os políticos durante o seu mandato ao parecer popular (*recall*), e a ampliação do direito de sufrágio legislando, também, o voto das mulheres. No campo da economia, é bastante consensual a necessidade de resgatar o país das mãos dos capitalistas. Neste sentido, é promovida legislação contra os monopólios, a *Clayton Act* posteriormente completada por legislação mais abrangente como a *Federal Trade Commission Act* de 1914, que estabelece o governo federal como supervisor total dos *big businesses*. Finalmente, é de destacar a criação dum banco central, a *Federal Reserve*,⁷ com a função de tornar disponível o dinheiro (principalmente, para os pequenos empresários e os agricultores) e é aprovada a lei que regula um imposto proporcional sobre o rendimento. Em termos sociais e em articulação com estas medidas políticas, dão-se passos significativos na criação do estado do bem-estar, é aprovada legislação educativa e medidas para acabar com a exploração do trabalho infantil e, por último, dão-se os primeiros passos para limitar o trabalho a oito horas diárias e melhorar as suas condições. Confrontados com este esboço, seria injusto não atribuir um devido reconhecimento ao Presidente Woodrow Wilson⁸ que

⁶ Este *Progressive Party* é fundado, em 1912, devido a uma cisão dentro do Partido Republicano que confrontou o presidente William Howard Taft com o antigo presidente Theodore Roosevelt. Esta disputa tinha a ver com aquilo que Roosevelt considerava como políticas conservadoras de Taft. No entanto, o problema terá surgido pela tentativa de Taft de acabar com a situação monopolística da U.S. Steel. Sendo um partido que quer capitalizar a desconfiança perante os partidos políticos tradicionais, propõe uma revitalização, focando-se nos valores das classes médias. As palavras de ordem serão a eficiência e o método científico para solucionar os numerosos e preocupantes problemas.

⁷ Este constitui um dado surpreendente: os Estados Unidos, sendo já uma das grandes potências económicas do mundo, não dispunham dum banco central, dependendo sempre da banca privada para se financiarem. Houvera já duas tentativas fracassadas, devido à luta entre interesses mercantilistas e agrícolas e, também, devido à tradicional enorme desconfiança que uma instituição bancária federal supunha para aqueles que viam uma ameaça no estabelecimento dum governo federal forte. Falamos aqui do *First Bank* (1791-1811) e do *Second Bank* (1816-1836).

⁸ Wilson, após uma vida académica notável em Princeton, onde funda os estudos modernos de ciência política, chega à presidência, beneficiando das desavenças, no interior do Partido Republicano, entre Roosevelt e Taft. Wilson, como presidente, destaca-se pelo seu esquerdismo moderado que o leva a implementar um grande número de reformas que o tornam num ídolo de massas, muito mais na Europa, onde é recebido e aclamado por multidões, por sindicatos e pelos partidos de esquerda. Domesticamente, e para a cidadania liberal (a esquerda americana), Wilson não terá vincado suficientemente a neutralidade dos Estados Unidos, frente aos Europeus e talvez

foi capaz de estabelecer um consenso de centro-esquerda, que reúne políticos progressistas do Partido Republicano, para conseguir materializar muitas destas reformas e ganhar a confiança, e o respeito, da ala mais liberal da sociedade civil norte-americana. A visão de Bourne sobre Wilson é outra questão: não será nada positiva, nunca lhe perdoará que não tivesse um pulso suficientemente firme para manter o país fora da guerra, como também não pactuará com a tolerância de Wilson em relação ao atropelo de direitos civis. As críticas de Bourne são feitas, tendo em conta as posições marcadamente pacifistas de Wilson, expressadas nos seus discursos,⁹ como presidente, e na sua actuação prática que deixara muito que desejar na juventude mais radical e aqui teríamos de considerar todas as limitações de direitos fundamentais que o estado de guerra e de pré-guerra, ou estado de "preparação", forçosamente originam.

Como seria de esperar, Bourne é um intelectual em sintonia com o seu tempo, com as diferentes preocupações e interesses do período também conhecido como Modernismo. Incidentalmente, a América é o país de todas as novidades e Bourne não é alheio ao turbilhão intelectual do momento. Foi educado na Universidade de Columbia, então uma universidade de tamanho médio, mas contendo já todo o gérmen da paixão americana por tudo quanto era novo. Personalidades como Charles A. Beard no campo da história e da economia; Franz Boas, como criador da antropologia norte-americana; William P. Trent, no campo da didáctica da literatura; ou outras como James Harvey Robinson, John Dewey e Joel Spingarn associadas respectivamente às correntes da "nova história", "nova educação" e "nova crítica", serão quem então proverá de fundamentação intelectual suficientemente sólida uma instituição que passará rapidamente a ser uma das instituições de ensino superior mais prestigiadas do país.¹⁰

seja esta uma das razões pelas quais obtivera um enorme fracasso, quando pretendeu selar o fim da guerra com a criação da Sociedade das Nações.

⁹ O discurso conhecido como "Guerra sem Vitória", de 22 de Janeiro de 1917, e o discurso de declaração de guerra de 2 de Abril de 1917, conhecido pela sua proposta de "tornar o mundo seguro para a democracia". Expressam, sem dúvida, valores pacifistas que o presidente Wilson menciona como "princípios americanos".

¹⁰ Embora ideologicamente diferentes, até mesmo em relação à guerra, estes intelectuais protagonizaram uma série de demissões até 1919. É este o caso de Beard, Trent ou Robinson que se emitiram, em oposição às políticas educativas, e não só, do então reitor de Columbia, Nicholas Murray Butler, personalidade que manteria uma relação próxima ou, no mínimo, tolerante, para com as ideologias de Mussolini e Adolf Hitler. Muitos destes intelectuais formariam, em 1919, na cidade de Nova Iorque, uma instituição de ensino superior de carácter progressista, a *New School for Social Research*. Charles Austin Beard, em *An Economic Interpretation of the U.S. Constitution* (1913), motivado por um estudo científico da política, salienta os interesses económicos que determinaram a Constituição, algo que ia contra a visão idealista, quase teológica, de então. James Harvey Robinson, mudando a ênfase de uma sociedade política para uma sociedade humana, salientará os avanços sociais, científicos e intelectuais da humanidade. No campo dos

É precisamente em Columbia que surge a corrente filosófica mais influente do momento: o pragmatismo. Tal como o próprio nome refere, a filosofia pragmatista sustenta-se na avaliação, em termos práticos, das consequências de qualquer linha de pensamento e de acção, partindo sempre de hipóteses e não de verdades absolutas. Será necessário mencionar que esta corrente filosófica surge do dilema moderno de conciliar o nosso conhecimento do mundo, facultado por novos métodos de carácter científico, com um mundo em regressão, o mundo tradicional: o dos valores e da religião. Pretende, pois, compatibilizar o optimismo que recaía sobre o poder da ciência com uma tradição rígida, estática e idealista. Como consequência da avaliação da realidade mediante a experiência, a verdade concebe-se como contingente,¹¹ assumindo plenamente um carácter dinâmico. Não é por acaso que poderemos reconhecer no pensamento de Bourne uma prefiguração do pós-modernismo, na sua preocupação por analisar todo o processo de criação, transmissão e validação de algo para que seja considerado como verdade, prestando peculiar atenção às circunstâncias e interesses subjacentes à sua determinação e assim chega a concluir que a história é um produto do presente e não um conjunto de etapas encaminhadas a obter um fim último.

Politicamente, a filosofia pragmatista, tal como era concebida pelo seu mais notável impulsionador, John Dewey,¹² redefinirá, face ao liberalismo clássico, o espaço público de acção do indivíduo. Face a um individualismo exacerbado, Dewey proporá um individualismo social, onde o conflito (concorrência entre indivíduos) é substituído, em prol do bem comum, pelo diálogo e pela participação relacional entre indivíduos.¹³ Daqui, surge a preocupação, presente tanto em Dewey como em Bourne, pela educação, em

estudos literários, William Peterfield Trent funda a *Sewanee Review*, revista que situa o Sul dos Estados Unidos dentro das novas correntes. Joel Elias Spingarn foi um dos pioneiros da luta pelos direitos civis e destacou-se na área da literatura comparada e, nesta área, nos estudos sobre o Renascimento. O seu ensaio *The New Criticism: A Lecture* é considerado como a declaração dos "New Critics", sobre o estudo e entendimento da literatura.

¹¹ Na revista *Seven Arts*, Bourne fará manifesto, numa série de artigos, do seu desejo de levar o Pragmatismo para a consideração da verdade como contingente, e do valor da mesma, como experimental.

¹² Tanto James como Pierce tiveram relutância em assumir a paternidade do termo que já tinha aparecido em Kant. No mundo anglo-saxónico, parece ter sido o britânico Alexander Bain a usá-lo pela primeira vez, em 1875. Pierce menciona Bain e o termo no seu ensaio "Pragmatism Made Easy", por volta de 1906. Pierce parece ter formulado as bases desta corrente em "How to Make our Ideas Clear" de 1875. Por último, William James tem um livro de subtítulo bem elucidativo *Pragmatism, A New Name for Some Old Ways of Thinking* (1907).

¹³ Para alcançar os objectivos de emancipação e progresso, o seu pensamento, neste sentido, parece prefigurar o de Jürgen Habermas e a sua "racionalidade comunicativa".

função da sua acção salutar para a formação duma sociedade civil devidamente capacitada para a tomada de decisões na vida política. De facto, a sociedade, idealmente, deveria transformar-se num fórum de discussão acerca de quais deviam ser, em cada momento, os objectivos desejáveis. Em Bourne, esta visão da educação está marcada por uma desconfiança das elites e da sua capacidade de isenção, devido ao alheamento do mundo da política e da população geral, que Bourne vê nelas. É, também, aqui, nesta conjuntura favorável àquilo que é mais avançado e novo, que Bourne surge com uma arriscada proposta de identidade americana, baseada no que denomina como “transnacionalismo”.¹⁴ É no respeito daquilo que veio a ser denominado como alteridade, que Bourne consegue ver uma solução para a necessidade de identificar a cultura norte-americana, outorgando, precisamente, voz às pequenas narrativas das minorias como contributos enriquecedores para uma maior narrativa justificadora. É uma posição que pressupõe precisamente uma identidade flexível e dinâmica, pós-moderna,¹⁵ que, tanto então como agora, supõe um desafio ao marcado traço anglo-saxónico imperante, empenhado na conformação, na aculturação e no silêncio da diferença. Bourne não estará, em nada, desatento à realidade duma Europa que também se debatera com estes problemas, embora o tivesse feito com o recurso ao confronto entre estados. A Europa ainda estará longe de ter de lidar com a realidade intercultural, no seu próprio seio.

No contexto pré-guerra, e desatendendo a reflexões sobre as consequências ou meios, as justificações para a guerra acabam, mesmo, por ser um elenco de virtudes, uma posição que é oficialmente sancionada pelo presidente Woodrow Wilson¹⁶ ao proclamá-la como uma guerra em prol da civilização e da democracia, frente à autocracia e ao barbarismo, algo que acabaria por a tornar numa “guerra para acabar com todas as guerras”. Bourne verá as contradições do pensamento pragmatista, principalmente, perante a posição daqueles que defendiam a necessidade da participação na Primeira Guerra Mundial, surpreendamo-nos aqui, como um factor galvanizador de

¹⁴ É, precisamente, isto que propõe no seu ensaio *Trans-National America* (1916).

¹⁵ Bourne será, de facto, assim o identificamos aqui, o primeiro crítico social norte-americano, a fazer uso deste termo.

¹⁶ Activo na *American Peace Society*, criada em 1828 e cujo objectivo era: “Promover a paz internacional permanente, mediante a justiça e avançar, com todos os meios disponíveis para fomentar a conciliação, a arbitragem, os procedimentos jurídicos e todos os meios pacíficos para impedir e dar solução aos diferendos entre as nações, com o objectivo de que o direito se sobreponha à força num mundo governado pelas leis.” A viragem belicista de Wilson supõe, para muitos, não só uma grande contradição, mas também uma traição aos princípios que, até então, tinham norteado a sua acção política. Em 1916, e até às eleições de Novembro, tanto o presidente Wilson, como a maioria do povo norte-americano estavam a favor da não-participação na guerra. De facto, a neutralidade terá jogado um papel fundamental na sua reeleição. Um dos lemas eleitorais fora: “He kept us out of the War.”

progresso.¹⁷ Para Bourne, é chocante o alinhamento belicista, nada mais do que, do seu próprio mestre de Columbia, John Dewey. Dewey, mudara de posição em 1917, e começara a ver na guerra a possibilidade dum imenso “impeto reorganizativo”. Assim, a canalização de todos os esforços para um único fim justificaria a guerra pelos benefícios a alcançar. Sem ingenuidade, dirá Dewey: “possuiremos um mundo melhor organizado, tanto a nível interno como externo, um sistema mais integrado e menos anárquico” e aponta para uma benéfica “federação de indústrias que se governam a si próprias e um governo que actua como adaptador e árbitro mais do que como proprietário ou gerente”.¹⁸ A partir destas posições, a guerra não seria mais que um laboratório que, com o conhecimento técnico e científico posto ao seu serviço, ocasionaria reformas sociais e económicas. Não esqueçamos que este é o tempo do *laissez faire* e *laissez passer*, em que existe uma fé avassaladora numa tão miraculosa como ignota lei cósmica racional que acaba sempre por pôr tudo em ordem.

Quando a guerra rebenta, a 20 de Julho de 1914, Bourne deixa ouvir alto e claro a sua voz, desde o choque e a incredulidade, pois a guerra parecia-lhe uma tradição do passado, e o desenvolvimento humano, naquele que, para alguns, era o seu ponto mais álgido, parecia ter excluído tal possibilidade. Quão distantes parecem as afirmações de Bourne, que chegara a ver os seus tempos como a transição de “uma sociedade feudal baseada no isolamento e na compulsão para uma sociedade criativa industrial baseada na cooperação e no intercâmbio”, alteração que, só por si, “tinha, claramente e para sempre relegado a guerra para o limbo empoeirado do passado”,¹⁹ pois, ao que parecia, tinha-se operado uma substituição “da cedência inconsciente às forças da inércia e do hábito pelo controlo racional do meio”. Não terá sido a credulidade da juventude que o levou a realizar tais afirmações, pois o próprio Henry James também exprimira a um amigo seu o choque sobre esta regressão que parecia

¹⁷ De facto, alguns dos intelectuais consideram a guerra como positiva. Façamos aqui, por exemplo, de Walter Lippmann e daquilo que ele considera “usos progressistas da guerra” como as nacionalizações, o imposto sobre o património e a obtenção da cooperação dos sindicatos, como ganhos obtidos pelo envolvimento no esforço de guerra. Façamos, também, de Herbert Croly que cita fins “frutíferos” como os conseguidos pela *War Industries Board* na reordenação e racionalização de toda a indústria para o fim superior da guerra, ou dos ganhos, em termos de controlo federal, sobre os caminhos-de-ferro e as suas práticas monopolísticas, com a criação da *Railroad Administration* e o sucesso evidente dos *War Bonds* ou da *Revenue Act*.

¹⁸ “What we are fighting for”, in Jo Ann Boydston, ed., *The Middle Works of John Dewey, 1899-1924: Journal Articles, Essays and Miscellany Published in the 1918-1919 Period*, vol. 11, 1918. Southern Illinois University Press, 1982, p. 104. A opinião de Dewey aparecerá em vários ensaios publicados em *The New Republic*, entre 1917-1918.

¹⁹ “The Tradition of War”, panfleto escrito para a *American Society for International Conciliation*, em Junho de 1914, n.º 79.

que se propunha impedir qualquer opinião contrária ao exército e ao esforço de guerra e que, nomeadamente, perseguirá quaisquer opiniões pacifistas. Naquilo que poderíamos considerar como o vigilantismo e a propaganda firmemente associados para controlar a informação, surgem organismos como o *Committee on Public Information*,³⁰ com uma função propagandística abrumadora e, para concluir, são criadas subtis (e não tão subtis), organizações dedicadas ao “vigilantismo”, com maior ou menor patrocínio da administração. Tais são a *American Protective League* ou a *American Defense Society*.

Nesta altura, uma questão que não podemos ignorar é, sem dúvida, o peso da população estrangeira sobre a população geral dos Estados Unidos e as situações de exclusão que daqui surgem. Os números falam por si: entre 1870 e 1920, haveriam chegado cerca de 20 milhões de estrangeiros e na cidade de Nova Iorque, em 1910, quarenta por cento da população tinha nascido fora dos Estados Unidos. Números que por si podem fazer-nos pensar na dificuldade de assimilação de tão ingente número. Para Bourne, o facto é preocupante pois quando se fala da americanização, do *melting-pot*, fala-se ignorando a sua natureza superficial, o resultado é tão-só “uma identidade neutra”, que oculta o silenciamento e não contribua, em nada, para a formação de uma autêntica cultura comum ou para uma democracia participativa centrada na acção cidadã. Contudo, é durante o período de pré-guerra, especialmente desde 1915, que se entra numa fase de nacionalismo exacerbado que evidencia este fracasso. Os germano-americanos, entre outros, são imediatamente apontados como sendo de patriotismo duvidoso. A guerra, o estado de preparação para ela, não faz senão sublinhar a existência de um suposto “inimigo interior”, aquele que não segue a linha oficial por origens nacionais ou por opção ideológica. Em Setembro de 1915, Bourne tem a ousadia de louvar alguns aspectos característicos germânicos, como são a organização, o colectivismo, o carácter da sua arte social, frente a outros países ainda agarrados à tradição, tais como a França e a Inglaterra.

Assim, Bourne redefine³¹ a ideia de identidade americana segundo um modelo que integra tanto elementos baseados na descendência (*descent*) como no assentimento (*assent*)³² do próprio povo americano. Nas suas considerações, Bourne classifica os anglo-saxões como os primeiros imigrantes. A visão, por

³⁰ O jornalista George Creel será direccionado para este organismo, vocacionado para a propaganda, cujo objectivo era “lutar pelas mentes dos homens para conquistar as suas convicções” e, assim, mobilizar a sociedade para a guerra.

³¹ Em 1915, e frente a Bourne, surge uma explicação para a identidade por parte de Horace Kallen em “Democracy versus the Melting Pot”. O pluralismo é aqui respeitado em termos de pressupostos democráticos, mas, no entanto, não foca o problema da representatividade, não supõe qualquer ameaça à maioria cultural.

³² Como foi indicado por Werner Sollors, em *Beyond Ethnicity: Consent and Descent in American Culture*, Oxford, Oxford University Press, 1987, p. 6.

assim dizer, tradicional, de identidade, baseada na herança (*descent*), é estática, impede a adaptação a novas situações e a novos desafios. Neste sentido, a ligação norte-americana a um passado único comum anglo-saxónico é uma lacra, impedindo a adaptabilidade a todo o tipo de contingências do país e da cultura dominante, em cada momento. Bourne identifica rasgos distintivos que são alheios à decisão voluntária da cidadania, atribuídos pela pertença racial, cultural e, até, de carácter religioso, e outros que ficam definidos não por aquilo que poderíamos considerar como conaturais ao meio, mas por uma decisão volitiva e que ficarão marcados por uma escolha voluntária ou de consentimento. Isto levará a considerar uma identidade negociada, mutável e, portanto, adaptável, em que se respeita a bagagem cultural de cada grupo, em relação a uma participação num projecto nacional. Assim, concordando com Walt Whitman, também concebe a cultura ou a democracia, com um carácter dinâmico e, portanto, um projecto, que por natureza permanecerá sempre como inacabado e a ser sucessivamente implementado. Deste modo, afirmará: “à luz do nosso cambiante ideal de americanismo, deveremos perpetuar o paradoxo de que a nossa tradição cultural americana se encontre no futuro”, para concluir que “a América será aquilo que o imigrante tenha a oportunidade de fazer dela”. É no ideal de dupla nacionalidade onde vê materializado o seu ideal de multiculturalismo ou “transnacionalismo”. Portanto, um caminho intermédio, entre uma visão estática do conceito de identidade e outra dinâmica, isto é, uma lealdade entre os valores espirituais herdados que se combina com uma lealdade perante o Estado.

Se “A guerra é a saúde do Estado”, Bourne afirmará indirectamente que “A Paz é a saúde da nação.” Perante a sempre inexorável e congénita derrapagem do Estado para a guerra, Bourne propõe uma solução “nacionalista”, que, a ser implementada, libertará o poder criativo da nação, como comunidade cultural, da opressão do poder destruidor do Estado. Bourne encontra, no seu país, os sinais positivos para levar a cabo esta possibilidade. Os Estados Unidos, frente ao mundo europeu, parecem-lhe já ser uma federação de culturas, são uma transnacionalidade e não uma nacionalidade, muito apesar de que as elites “significativas”, anglo-saxónicas, única oposição a esta realidade, se empenhem em ignorar este facto.

Paradoxalmente, aquilo que tanto preocupava Randolph Bourne, tanto em termos pessoais como em relação ao seu país, a transição entre a juventude e a maturidade e o poder influenciá-la foi algo que não pôde presenciar devido à sua morte prematura. Sem dúvida, Bourne teria tido algo a dizer em futuros momentos cruciais da história dos Estados Unidos, como seria o caso da Grande Depressão. Teria sido interessante ver onde chegariam as suas críticas, se, por acaso, teria encaminhado por uma vereda marxista ou se, ao contrário, teria rejeitado esta opção, como muitos americanos da sua geração, com a chegada do estalinismo.

[...]

If any man has a ghost
Bourne has a ghost,
a tiny twisted unscared ghost in a black cloak
hopping along the grimy old brick and brownstone streets
still left in downtown New York,
crying out in a shrill soundless giggle:
War is the health of the state.

JOHN DOS PASSOS, 1919

Contra a Guerra¹

I

A guerra trouxe a muitos americanos, pertencentes às classes que se consideram a si próprias como significativas, uma tal percepção da santidade do Estado que, se tivessem tido tempo para reflectir, até lhes poderia parecer uma imprevista e surpreendente alteração do seu pensamento habitual. Em tempos de paz, frequentemente ignoramos o Estado a favor das controvérsias da vida política partidária, das lutas pessoais por cargos ou da concretização das políticas de partido. Aqueles que têm preocupações políticas ocupam-se mais com o Governo do que com o Estado. O Estado é reduzido a um obscuro emblema que é tornado consciente só durante as ocasiões de um feriado patriótico.

O Governo é obviamente composto por homens comuns des-sacralizados e, portanto, é um objecto legítimo de crítica e, até, de desprezo. Se o nosso partido estiver no poder, poder-se-á assumir que tudo se desenvolve de uma maneira bastante correcta; mas, se lá estiver a oposição, então toda a correcção e honradez claramente terão abandonado o Estado. Contudo, isto acaba por não transparecer nunca nestes termos. Aquilo em que pensamos é tão-só pôr aqueles patifes na rua, fora daquela máquina de funções e gabinetes que tínhamos tomado como própria. Quando afirmamos que os Americanos são uns desregrados, queremos normalmente dizer que são menos conscientes que outros povos da augusta majestade da instituição do Estado que se encontra detrás de qualquer Governo objectivo de homens e de leis que conseguimos ver. Numa república, aqueles que detêm um cargo político não se diferenciam da

¹ Ensaio inacabado e póstumo, escrito em 1918, com o título "The State" e publicado por James Oppenheim em 1919, na colectânea *Unimely Papers*. Incidentalmente, este também é o título de um livro, de 1898, do presidente Woodrow Wilson, quando era professor de Ciência Política, na Universidade de Princeton.

massa. Deles, muito poucos possuem a mais mínima solenidade pessoal com a qual possam revestir o seu desempenho político, se é que, por acaso, alguma vez chegaram a pensar em tal coisa. Não possuem distinção alguma de classe que lhes dê *glamour*. Numa república, o Governo é obedecido de má vontade, pois não há aparato algum ou carácter sagrado com que o dourar. Se fores um bom democrata, à moda antiga, alegrar-te-ás com este facto, exaltas-te perante a clareza de um sistema, no qual é rei qualquer cidadão. Se fores mais sofisticado, lamentar-te-ás já da perda de dignidade e respeitabilidade que rodeia os assuntos de Estado. Mas, na prática, o democrata não trata do seu cidadão eleito, nem de longe, com o respeito devido a um rei, nem sequer aquele cidadão sofisticado presta tributo à dignidade, mesmo quando a encontra. O Estado republicano quase carece de aparato para apelar às emoções do homem comum. Aquilo que tem é de origem militar e numa era não militar, como a que atravessámos desde a Guerra Civil, até o aparato militar se tem deixado ver pouco. Numa era assim, o sentido do termo Estado quase desaparece da consciência dos homens.

No entanto, com o choque da guerra, o Estado retoma o seu ser. O Governo, sem mandato algum do povo, sem consultar o povo, conduz todas as negociações, confirmando apoios e estabelecendo o cumprimento de objectivos, efectuando ameaças e aprestando justificações, que lentamente o põem em colisão com um outro Governo e, com suavidade e rapidez irresistíveis, faz escorregar o país para a guerra. Para satisfação de cidadãos pretensiosos e orgulhosos, é robustecido com a lista de insultos intoleráveis lançados por outras nações; para satisfação dos liberais² e dos beneméritos, contém um conjunto de propósitos morais a serem alcançados com a partida para a guerra; para as classes agressivas e ambiciosas, poderá mesmo sussurrar delicadamente um papel mais importante no destino do mundo. O resultado é que nunca legislatura alguma, mesmo naqueles países onde um assunto como uma declaração de guerra³ está teoricamente nas mãos dos representantes do povo, foi conhecida por rejeitar qualquer petição de um Executivo que conduzira todos os negócios estrangeiros com total privacidade e inimputabilidade e que levara a nação para a guerra. Os bons democratas têm tendência para fazer uma crucial diferença entre um Estado no qual o Parlamento ou Congresso popular

² Os termos *república* e *liberal* são dois termos que convirá redefinir no contexto americano. Assim, a *república*, em oposição à monarquia, por exemplo, será um regime político caracterizado, entre outras coisas, pela separação de poderes, a representação popular e o encaminhamento geral das suas acções para a procura do bem comum de toda a sociedade. O termo *liberal* deverá ser concebido como referido àquilo que se denomina esquerda no contexto europeu.

³ A 2 de Abril de 1917, o presidente Woodrow Wilson dirige-se a uma sessão conjunta das duas câmaras do Congresso dos Estados Unidos, para pedir a declaração de guerra contra a Alemanha. Este discurso passa a ser conhecido por justificar a guerra para "assegurar o mundo para a democracia". Dois dias depois, o Congresso votaria maioritariamente a favor com tão-só seis senadores e cinquenta congressistas a oporem-se.

declara a guerra e o Estado no qual um monarca absoluto ou classe dirigente declara a guerra. Mas, submetendo isto a um rigoroso escrutínio prático, a diferença não é óbvia. Tanto nas repúblicas mais livres, como também nos impérios mais tirânicos, toda a política externa, as negociações diplomáticas que ocasionam ou impedem a guerra são, por igual, propriedade privada do ramo Executivo do Governo⁴ e, por igual, não estão submetidas a qualquer fiscalização de órgãos populares, ou ao próprio povo que as vote em massa.

No entanto, no momento em que é declarada a guerra, as massas do povo, através de alguma alquimia espiritual, ficam convencidas de que elas próprias desejaram e executaram tal declaração. Elas próprias, então, com a excepção de alguns indignados, procedem a deixarem-se arregimentar, a serem coagidas, transtornadas em todos os apartados das suas vidas e convertidas numa sólida manufactura para a destruição de tudo aquilo que os outros povos possuem, dentro de um sancionado regime de coisas, no âmbito de reprovação do Governo. O cidadão liberta-se do seu desprezo e indiferença pelo Governo, identifica-se com os seus propósitos, ressuscita todas as suas memórias militares e símbolos e, uma vez mais, o Estado caminha como uma presença augusta, na mente dos homens. O patriotismo torna-se no sentimento predominante e, imediatamente, produz aquela firme e inútil confusão entre as relações que um indivíduo tem e as que deveria ter para com a sociedade de que ele próprio é parte.

Um patriota perde toda a noção da diferença entre Estado, Nação e Governo. Nos nossos momentos de maior serenidade, a Nação ou o País forma a ideia essencial de sociedade. Pensamos vagamente numa população estendendo-se amplamente sobre uma porção geográfica determinada da superfície do planeta, que fala uma língua comum e a viver numa civilização homogénea. A nossa ideia de país limita-se aos aspectos não políticos de um povo, aos seus modos de vida, às suas características pessoais, à sua literatura e à sua arte, às suas atitudes típicas para com a vida. Somos americanos, porque vivemos num determinado território, porque os nossos antepassados se empenharam num projecto de pioneirismo e de colonização, porque vivemos num determinado tipo de comunidades que têm uma determinada aparência e expressam as suas aspirações, de certa maneira. Conseguimos ver que a nossa civilização é diferente das civilizações contíguas tais como a indígena ou a mexicana. As instituições do nosso país formam uma certa rede que nos afecta na vida e cativa os nossos pensamentos de uma maneira que estas outras civilizações o não fazem. Somos parte dum país, para o bem ou para o mal. Chegámos até

⁴ Trata-se de uma crítica ao presidente Wilson que, uma e outra vez, repetia declarações sobre a necessidade de transparência, quanto às relações internacionais. Mas Bourne critica, principalmente, a violação do princípio de controlo e equilíbrio entre poderes e que fez possível a entrada na guerra, devido à predominância do poder executivo.

domínios e exige aquele sentimento de uniformidade de pensamento que a guerra consegue produzir com um êxito completo. E é neste preenchimento da vida consciente da sociedade que o gregarismo causa os seus danos.

Tal como o instinto sexual surge, realmente, em abundância nas sociedades modernas, a fim de satisfazer a reprodução humana, assim o impulso gregário se dá em abundância para efectuar as tarefas de protecção às quais é chamado. Seria já por si suficiente se fôssemos sobrejamente gregários como para desfrutar da companhia dos outros, de cooperar com eles e de sentir um certo mal-estar com a solidão. Contudo, infelizmente, este impulso não se satisfaz só com estes requisitos sensatos e salutareos e insiste em que uma semelhança de pensamentos prevaleça sempre, em todos os aspectos da vida. Assim, todo aquele progresso humano, toda a novidade, e não-conformidade, tem de ser levada a cabo contra a resistência deste instinto tirânico de manada que leva o indivíduo à obediência e à conformidade com a maioria. Até nas sociedades mais modernas e iluminadas este impulso mostra poucos sinais de enfraquecimento. Ao ser impelido por uma inexorável procura económica desde a esfera da utilidade, parece agarrar-se cada vez com mais agressividade ao reino dos sentimentos e da opinião, assim a conformidade torna-se algo violentamente desejado e procurado.

O impulso gregário mantém o seu controle ainda mais virulentamente, porque, quando o grupo está em acção, ou toma alguma medida categórica, este sentimento de estar com e de ser suportado pela manada, próprio da colectividade, alimenta enormemente aquele desejo de poder,¹² cuja satisfação o organismo individual procura com tanta constância. Ao conformarmo-nos, sentimo-nos poderosos e, se estivermos fora do grupo, abandonados e desamparados. Mesmo sem alcançar, em pensamento ou em espírito, poder algum semelhante ao de todos os outros membros do grupo, pelo menos obtém-se um aprazível pensamento de obediência, a tranquilizante irresponsabilização que surge da protecção.

Em sociedade, este impulso gregário torna-se irresistível ao unir efectivamente duas tendências vigorosas do indivíduo – o prazer pelo poder e o prazer pela obediência. A guerra estimula-o até ao nível mais elevado possível e propulsa as influências da sua misteriosa energia de manada com uma correspondente inflação de poder e obediência até aos lugares mais recônditos da sociedade, até cada indivíduo e a cada pequeno grupo

¹² Uma referência ao filósofo estrela da altura, Friedrich Nietzsche (1844-1900), já traduzido e presente nos programas das universidades americanas. Com este termo, Nietzsche refere o desejo de domínio do ser humano sobre outros seres humanos e a satisfação que o domínio pode ocasionar nas massas, ao servirem de instrumento a um líder todo-poderoso. As relações humanas acabam por ser relações de poder e o ser humano não é mais do que membro de um rebanho.

que possa ser influenciado. E é sobre estes impulsos que o Estado, como organização de toda a manada, de toda a colectividade, se funda e opera.

Nos sentimentos para com o Estado há, com toda a certeza, um elemento superior de puro misticismo filial. O sentimento de insegurança, o desejo de protecção remete os nossos sentimentos para o pai e para a mãe, com quem os nossos primeiros sentimentos de protecção se associam. Não é sem razão que o nosso Estado é considerado como Pátria ou Mãria e que as nossas relações para com ele se concebem em termos de afectividade familiar. A guerra mostrou, neste ou em qualquer outro país, que, sob o choque do perigo, estas primitivas atitudes infantis em nada deixaram de se afirmar de novo. Se não temos aquele sentimento paternal intenso do alemão que adora a sua *Vaterland*, pelo menos, no Tio Sam,¹³ temos um símbolo protector, uma autoridade bondosa e, em muitos cartazes maternos da Cruz Vermelha,¹⁴ vemos como naquelas funções mais afectuosas da contribuição ao serviço de guerra, a organização directiva é concebida em termos de família. Um povo em guerra torna-se, no sentido mais literal, em obediente e respeitoso, numa criança fiável, cheia de fé ingénua na completa sensatez e poder total do adulto que toma conta dela e lhe impõe a sua branda mas necessária autoridade¹⁵ na qual perde a sua responsabilidade e ansiedades. Neste ressurgimento da criança, existe, em boa medida, grande conforto e um certo afluxo de poder. Em muitos, a pressão de ser um adulto emancipado tem um peso considerável, em nada menor àquele das classes significativas às quais lhes foram entregues ou assumiram responsabilidades de Governo.

O Estado fornece a simbologia mais oportuna sob a qual as classes significativas podem conservar, em termos funcionais, toda a satisfação prática de governar, mas libertando-as da carga psicológica da idade adulta. Tanto quanto antes, continuam a dirigir a indústria e o Governo e todas as instituições da

¹³ A figura do Tio Sam, como símbolo do Governo dos Estados Unidos, surge em 1812, aquando da guerra contra os Britânicos. Segundo consta, o comerciante de carnes Sam Williams marcava os produtos vendidos ao exército com as letras U.S., de Estados Unidos, muitos viam nelas a alcunha do vendedor, *Uncle Sam*.

¹⁴ Bourne fala aqui de uma série de cartazes encomendados pela Cruz Vermelha Americana ao ilustrador Alonzo Foringer (1878-1948). De todos eles destaca o intitulado "The Greatest Mother in the World", onde o retrato da enfermeira e do soldado ferido facilmente se associam a *La Pietà Vaticana* de Miguel Ângelo. Como cartaz foi extremamente produtivo, pois serviu para recrutar cerca de 16 milhões de voluntários para a Cruz Vermelha. Os cartazes de guerra, neste momento, Dezembro de 1918, denotam uma preocupação pelo resultado da guerra, deixando para trás ilustrações que comunicavam um claro optimismo.

¹⁵ "Branda e necessária autoridade" parecerá, certamente, uma referência a John Locke e aos seus escritos sobre política e educação. No entanto, Bourne aqui terá mais em conta Tocqueville e a sua obra *Da Democracia na América*, especialmente no capítulo intitulado "Que tipo de despotismo as nações democráticas devem temer", Tocqueville fala do despotismo de cobertura democrática que estupidifica e infantiliza os seus cidadãos, sob um poder paternalista e branda.

sociedade, mas no seu olhar consciente e no do público em geral, afastaram-se dos seus hábitos egoístas e predatórios e tornaram-se em leais servidores da sociedade, ou em algo maior que eles – no Estado. Aquele que sai da direcção de uma grande empresa em Nova Iorque e passa para uma posição na direcção do serviço industrial de guerra¹⁶ em Washington não parece, obviamente, ter mudado muito o seu poder ou a sua técnica administrativa. Mas fisicamente, que transfiguração! Agora não só é o poder mas, também, a glória!¹⁷ E o seu sentido de satisfação é directamente proporcional não à quantidade genuína de sacrifício pessoal que poderá ter sido investido na mudança, mas na medida em que retém as suas prerrogativas industriais e o seu sentido de comando.

Dos membros desta classe surgirá uma enérgica, insuperável e evidente indignação se a sua mudança desde a empresa privada para o serviço do Estado acarretar alguma perda real de poder e de privilégio pessoal. Se for necessário um sacrifício prático, que seja, então, sentem eles, no campo da honra, nas tradicionalmente aplaudidas mortes no campo de batalha, naquele desvio para o suicídio, tal como Nietzsche¹⁸ denomina a guerra. O Estado em tempos de guerra dá satisfação a este anseio deveras genuíno, mas o seu valor principal é a oportunidade que dá à regressão para atitudes infantis. Na tua reacção perante um ataque imaginário sobre o teu país, ou numa ofensa ao seu Governo, aproxima-te da manada para protecção, nas tuas palavras e nas acções conformas-te e insístes de forma veemente em que todos os outros pensem, falem e ajam correctamente. Concentras, com um semblante filial autêntico, o teu olhar adorador sobre o Estado como sobre um pai da manada, símbolo quase pessoal do poder da manada, líder e determinante de ideais definidos e de acção.

Os membros das classes trabalhadoras, pelo menos os daquela porção que não se identifica com as classes significativas, e não se propõe imitá-las e chegar ao seu patamar, são notoriamente menos patrióticos. Pois, para eles, não está nem o poder nem a glória. O Estado em tempos de guerra não lhes oferece

¹⁶ A fim de centralizar e tornar mais eficiente a produção industrial durante o esforço de guerra, são criados vários organismos públicos, tais como o "War Industries Board", iniciado por Wilson, em 1918, e cuja liderança correspondeu ao seu conselheiro económico, o financeiro de Wall Street, Bernard Baruch. Também é de salientar a sua acção no campo da produção industrial e das relações com os trabalhadores da "War Work Council" e da "National War Labor Board", que tiveram um papel essencial em estabelecer a paz social num país, que nos seus dezanove meses de guerra, registou nada menos que 6000 greves.

¹⁷ Bourne continua a explorar o paralelismo entre a religião e o também todo-poderoso Estado que se começa a revelar e aqui cita a doxologia, recitada ao fim do Pai Nosso, em Mateus 6:9-13: "Pois teu é o reino, o poder e a glória, para sempre. Amém."

¹⁸ "A guerra como desvio para o suicídio" é uma referência à *Gaia Ciência* (1882). De acordo com Nietzsche, as classes nobres vêem na guerra uma possibilidade de fugir aos seus objectivos com uma boa consciência.

a oportunidade de regredir, pois, ao não terem alcançado nunca a idade política adulta, não a podem perder. Se foram submetidos à instrução e arregimentados, tal como no regime industrial do último século, encaminham-se docilmente para batalhar pelo seu Estado, mas quase sem possuírem sentido filial algum ou aquele sentimento instintivo de manada que opera tão poderosamente nos seus "melhores". Vivem habitualmente num regime de servidão industrial, mediante o qual, embora nominalmente livres, são, na prática, uma classe vinculada a um sistema de produção industrial cujos equipamentos não possuem e sobre cuja distribuição não têm a menor voz, excepto aquela que ocasionalmente podem expressar mediante uma pressão velada que lhes reporta um pouco mais do produto em seu proveito. Numa tal servidão, o recrutamento militar não supõe uma grande mudança. Mesmo assim, partem para uma empresa militar, não com aqueles hurras das classes significativas cujos instintos a guerra tão poderosamente alimenta, mas com a mesma apatia com a qual entram e dão continuidade aos empreendimentos industriais.

Deste ponto de vista, a guerra quase poderá ser considerada como um desporto das classes superiores. Os novos interesses e excitação que proporciona, o aumento de poder, a satisfação que dá àqueles impulsos humanos mais persistentes – gregarismo e regressão parental – revestem-na de todas as qualidades de um jogo colectivo exuberante que se deixa sentir em intensidade de maneira proporcional ao sentido da divisão de classes que se possua da sociedade como regra significativa.

Um país em guerra, particularmente o nosso próprio país em guerra, não actua unicamente como uma manada homogénea. As classes significativas possuem todo aquele sentimento de manada com toda a sua intensidade primitiva, mas existem matizações ou, pelo menos, diferenças de intensidade, a tal ponto que este sentimento não flui livremente e sem obstáculos através de toda a nação.

Um país moderno representa um longo processo histórico e social de desagregação da manada. A nação durante a paz não é um grupo, é uma malha de miríades de grupos que representam a cooperação e o sentimento semelhante de todos os homens em todo tipo de planos e em todo o tipo de interesses humanos e empreendimentos.

Em todo o país industrial moderno, existem níveis paralelos de classes económicas com atitudes divergentes, instituições e interesses – burgueses e proletários, com as suas muitas subdivisões de acordo com o poder e a função, até nas suas interligações, tais como as dos trabalhadores mais especializados que habitualmente se identificam com as classes proprietárias e significativas, e que lutam para se erguerem até ao nível burguês, imitando as suas regras e costumes. Existem, também, grupos religiosos com um definido, embora decrescente, sentido de afinidade; há, igualmente, grupos étnicos poderosos que se comportam quase como colónias culturais no Novo Mundo, a agarrar-se

tenazmente a uma língua e a uma tradição histórica, embora o seu sentido de manada esteja fundado sobre símbolos culturais mais do que sobre os símbolos do Estado. Existem, ainda, alguns vagos grupúsculos sectoriais. Todas estas pequenas seitas, partidos políticos, classes, níveis, interesses, podem actuar como focos do sentimento de manada. Intersectam-se e entrelaçam-se e a mesma pessoa pode ser membro de diferentes grupos situados em diferentes planos. Diferentes situações desencadearão este sentimento de manada numa direcção ou noutra. Numa crise religiosa terá uma intensa consciência da necessidade de que a sua seita (ou sub-manada) possa prevalecer, que o seu partido triunfe numa campanha política. Logo, para a propagação do sentimento de manada, todas estas manadas mais pequenas oferecem resistência.

Para a propagação daquele sentimento de manada que surge da ameaça de guerra e que, normalmente, envolveria toda a nação, os únicos grupos que oferecem uma resistência séria são aqueles que, certamente, continuam a identificar-se com a outra nação da qual eles ou os seus pais vieram. Em tempos de paz, para todos os fins práticos, são cidadãos do seu novo país. Mantêm vivas as suas tradições étnicas mais por ostentação que por qualquer outra razão. Em boa verdade, estas tradições tendem rapidamente a esmorecer, excepto quando se ligam com uma causa nacionalista ainda por resolver no estrangeiro, tal como alguma disputa pela liberdade ou algum irredentismo.¹⁹ Se forem propositadamente confrontadas com uma política de Americanismo, tendem a fortalecer-se. E, em tempos de guerra, estes elementos étnicos com alguma ligação tradicional com o inimigo, mesmo quando muitos dos indivíduos possam vir a ter mesmo pouca simpatia real pela causa do inimigo, são naturalmente indiferentes ao sentimento de manada da nação que vem das tradições do Estado com as quais não têm relação alguma. Contudo, para os nativos imbuídos com sentimento de Estado, qualquer sinal de resistência ou apatia é intolerável. Este sentimento de manada, esta consciência agora despertada sobre o Estado, exige universalidade. Os líderes das classes significativas, que sentem mais intensamente esta compulsão do Estado, exigem 100 por cento de americanismo²⁰ em 100 por cento da população.

¹⁹ A instabilidade das fronteiras na Europa dá lugar a movimentos de carácter nacionalista que visam recuperar territórios onde subsistem vestígios históricos ou culturais de alguma das potências. Conhecidos são o irredentismo italiano e alemão como justificadores da anexação de territórios tanto na Primeira Guerra Mundial como na Segunda.

²⁰ Os apelos a um "cem por cento de americanismo" vêm a ser um autêntico movimento que pretende acabar com todas as diferenças no seio da sociedade americana, na tentativa de "americanizar" todos os grupos étnicos e culturais em prol da guerra e contra toda a dissensão. Uma simples consulta às estatísticas revelará que o número de imigrantes da Áustria-Hungria e da Alemanha são o grupo mais numeroso: entre 1880 e 1910, tinham chegado aos EUA mais de dez milhões para uma população que, em 1910, totalizava pouco mais de 92 milhões. Começa-se, então, a falar do perigo interior.

O Estado é um deus cioso e não tolera rivais. A sua soberania deve prevalecer perante todos e todo o sentimento deverá transcorrer nas formas estereotipadas de militarismo romântico patriótico que é a expressão tradicional do sentimento de manada do Estado.

Assim, surge o conflito dentro do Estado. A guerra torna-se quase num desporto entre caçadores e caçados. A perseguição dos inimigos interiores ultrapassa em atractivo psíquico o assalto ao inimigo exterior. Toda a espantosa força do Estado mobiliza-se contra os hereges. A nação ferve com uma febre ténue e constante. Um tipo de terrorismo branco é encetado pelo Governo contra os pacifistas, socialistas, inimigos estrangeiros e tem continuidade com uma perseguição muito subtil e não declarada contra todas as pessoas ou movimentos de quem se imagina poderem estar ligados ao inimigo. A Guerra, como saúde do Estado, unifica todos os elementos burgueses e o povo comum e proíbe qualquer outra coisa. O proletariado revolucionário mostra mais resistência a esta unificação, encontra-se, como vimos, psicologicamente fora da corrente. A sua vanguarda, tal como a dos *Industrial Workers of the World*,²¹ é perseguida sem piedade, apesar de haver provas de ser um sintoma e não a causa, esta sua perseguição aumenta a desafecção das classes trabalhadores e intensifica a fricção em vez de a eliminar.

Mas, os sentimentos que põem em jogo a defesa do Estado não têm em consideração resultados práticos. A nação em guerra, chefiada pelas suas classes significativas, está comprometida com a libertação de alguns dos impulsos pouco exercitados no passado. As congratulações mais diversas, o desempenho presente da guerra ou a condição do país tornam-se realmente incidentais ao desfrute de novas formas de virtude, de poder e de agressividade. Se pudesse ser demonstrado, de forma conclusiva, que a perseguição dos elementos moderadamente descontentes poderia aumentar sensivelmente as dificuldades de produção e organização da técnica da guerra, descobrir-se-ia que as políticas públicas quase não mudariam.

As classes significativas têm de possuir aquele seu prazer de caçar e castigar tudo aquilo que instintivamente sintam não estar imbuído do presente entusiasmo pelo Estado, embora, realmente, o próprio Estado, apesar de toda a sua energia, esteja impedido de levar a cabo aqueles objectivos pelos quais elas lutam apaixonadamente. A melhor prova disto é que, com esta perseguição de conspiradores que tem prosseguido com um vigilantismo persistente desde o

²¹ Sindicato mais radical do momento, célebre pela violência dos seus métodos e cujo objectivo era derrubar o capitalismo. Foi fundado em 1905 por Eugene Debs e pelos sindicalistas William Haywood e Daniel de León. Os "wobblies" obtiveram algum êxito, ao apelarem às mulheres, aos negros e aos imigrantes, normalmente ignorados pelos outros sindicatos; mesmo assim, nunca excederam o número de 150 000 membros, sendo os seus concorrentes principalmente os sindicatos da *American Federation of Labor* e os comunistas.

começo da guerra na Europa, os crimes comuns descobertos e castigados têm sido inferiores às acções motivadas por um mero crime de opinião ou pela expressão de sentimentos críticos para com o Estado ou a política nacional. O castigo dos delitos de opinião tem sido de longe muito mais violento e persistente que o castigo por crimes comuns. Aos irrepreensíveis americanos Anglo-saxónicos, muito mais livres do discurso pacifista ou socialista que a opinião pública governante obcecada com o Estado, couberam-lhes castigos mais pesados e até, em muitos casos, sofreram mais ultrajes que o hostil conspirador alemão. Uma opinião pública, quase sem oposição, aceita como justa, adequada, admirável, merecida e em condizente harmonia com os ideais de liberdade e de livre expressão, uma condenação de vinte anos em prisão²² por meras declarações, sem atender à natureza destas, mostra, por si, estar a sofrer de uma clara perturbação de valores, algum tipo de neurose social, que merece ser estudada e analisada.

Ao entrarmos na guerra, houve muitos que pressagiaram exactamente esta perturbação de valores e que temeram que a democracia viesse a perder mais em casa, nas mãos de uma América em guerra, do que aquilo que, alguma vez, pudesse ganhar para a democracia lá fora.²³ Esse temor ficou amplamente justificado. A questão de que a nação americana pudesse agir como uma democracia iluminada que vai à guerra em virtude dos mais elevados ideais, ou como uma manada obcecada pelo Estado foi respondida de forma definitiva. A acta foi lavrada e não pode ser apagada. A história decidirá se o aterrorizar da opinião e a regimentação da vida foram justificadas sob a mais idealista das administrações democráticas.

Demonstrar-se-á que, quando a nação americana tinha ostensivamente uma oportunidade de levar a cabo uma guerra nobre, com escrupulosa observância da protecção dos valores democráticos em casa, no entanto, escolheu adoptar todas as técnicas mais intoleráveis e coercitivas do inimigo e de outros países em guerra e rivalizar em intimidação e ferocidade punitiva com os piores sistemas de Governo do momento. Pela sua anterior inconsciência e desrespeito pelo ideal de Estado, a nação obviamente pagou essa falta com uma viragem violenta para o outro extremo. Na sua irracional coerção das minorias, agiu exactamente como uma manada, ao ponto de não existir incorrecção alguma ao interpretar o progresso da guerra em termos de psicologia de manada. Sem querer, chamou

²² Um caso gritante de condenação por um delito de opinião foi o de Eugene Debs, líder do Partido Socialista, que fora condenado, no Verão de 1918, por violar o *Espionage Act*, a dez anos de prisão ao ter-se expressado, num comício espontâneo, contra a conduta de guerra da administração de Wilson e ter protestado contra a falta de liberdade de expressão.

²³ Foi esta a natureza de uma missiva endereçada ao Presidente Wilson por um grupo de activistas e intelectuais, em Julho de 1917, preocupados com o "dano moral" que a guerra estava a causar na sociedade americana. Entre os signatários estão os republicanos Herbert Croly e Amos Pinchot, antigo membro da administração Roosevelt.

a atenção, da maneira mais óbvia, para as verdadeiras características do Estado e a sua aliança íntima com a guerra. Forneceu aos inimigos da guerra e aos críticos do Estado os argumentos mais reveladores possíveis.

A nova paixão pelo ideal de Estado, sem querer, pôs em movimento e encorajou as forças que ameaçam de forma muito real com uma reforma do Estado. Mostrou àqueles que estão realmente muito determinados em acabar com a guerra que o problema não é o mero problema de terminar a guerra que acabará com as guerras.

De facto, a guerra é a forma complexa de actuar de uma nação e fá-lo assim devido a uma compulsão espiritual que a incita, talvez, contra todos os seus interesses, contra todos os seus autênticos desejos e contra todos os seus valores autênticos. São os Estados que fazem a guerra e não as nações e o puro pensamento bélico, a necessidade de guerra, encontra-se quase sempre enlaçada com o ideal do Estado. Durante centúrias, não têm existido guerras de nações. Assim, o único exemplo histórico de nações a fazerem guerra são as grandes invasões bárbaras do Sul da Europa, as invasões, desde o Leste da Rússia e, talvez, a irrupção do Islão no Norte de África e na Europa, após a morte de Maomé. As motivações para tais guerras foram tanto uma frenética expansão de tribos migrantes como a chama do fanatismo religioso. Talvez estes grandes movimentos pudessem até não ser considerados em absoluto como guerras, pois a guerra implica um povo organizado, arregimentado e comandado: de facto, necessita do Estado. Desde o momento em que a Europa possui uma tal organização, os conflitos desta ordem entre nações – nações, isto é, entre grupos culturais – têm sido impensáveis. É descabido pensar que, na Europa, já durante alguns séculos, pudesse ter havido qualquer possibilidade de que um povo, em massa (com os seus próprios líderes, e não com os líderes do seu Estado devidamente constituído), se erguesse em armas e superasse as suas fronteiras para materializar a invasão de um povo vizinho. As guerras dos exércitos revolucionários da França encontravam-se em clara defesa de uma liberdade ameaçada e, mais ainda, dirigiam-se claramente, não contra outros povos, mas contra os governos autocráticos que planeavam tentar esmagar a revolução. Não há, na história, exemplo de uma guerra nacional genuína. Existem momentos de defesa nacional, entre as civilizações primitivas como os povos balcânicos, contra invasões intoleráveis de déspotas vizinhos ou contra atitudes repressivas. Mas a guerra, como tal, não pode acontecer excepto num sistema de Estados concorrentes, que mantêm relações entre eles, mediante vias diplomáticas.

A guerra é uma função deste sistema de Estados e não poderia ocorrer, excepto dentro de um tal sistema. As nações organizadas para a sua própria gestão doméstica, as nações organizadas como federação de comunidades livres, as nações organizadas de qualquer modo, excepto como centralização da política de uma dinastia ou de uma herança dinástica reformada, não poderiam possivelmente levar a cabo uma guerra entre elas. Não só não teriam motivos

para conflito algum, mas seriam incapazes de reunir uma força centralizada para fazer da guerra algo efectivo. Poderia dar-se qualquer tipo de pilhagem amadorista, poderia haver campanhas guerrilheiras de um grupo contra outro grupo, mas não poderia ocorrer aquela terrível guerra em massa de um Estado nacional. Tal exploração de uma nação para os interesses do Estado, aquele abuso da vida e dos recursos nacionais para o frenético suicídio mútuo que supõe uma guerra moderna.

Nunca se entenderá com suficiente clareza que a guerra é uma função dos Estados e não das nações. A guerra é algo muito artificial. Não se trata de uma espontânea explosão ingénua da pugnacidade da manada; é mais primária que a religião formal. A guerra não pode existir sem a instituição militar e a instituição militar não pode existir sem uma organização do Estado. A guerra possui uma tradição hereditária e imemorial tão-só porque o Estado tem uma longa tradição e hereditariedade. Mas encontram-se inseparável e funcionalmente ligados. Não poderemos efectuar uma cruzada contra a guerra, sem implicitamente efectuarmos uma cruzada contra o Estado. E não poderemos esperar ou tomar medidas para assegurar que esta guerra seja uma guerra para acabar com todas as guerras,²⁴ a menos que, e ao mesmo tempo, tomemos medidas para acabar com o Estado na sua forma tradicional.

O Estado não é a nação, o Estado pode ser modificado e até abolido na sua presente forma, sem danificar a nação. Muito pelo contrário, com o fim do domínio do Estado, as forças genuínas de revitalização da nação serão liberadas. Se a principal função do Estado é a guerra, então o Estado deverá sugar da nação uma enorme porção da sua energia para os seus objectivos puramente estéreis de defesa e agressão. Destinará ao desperdício ou a uma destruição efectiva tudo o que pode da vitalidade de uma nação. Ninguém poderá negar que a guerra é um vasto complexo de forças destruidoras e mutiladoras da vida. Se o objectivo for a guerra, então estará ocupado com a coordenação e desenvolvimento de poderes e técnicas que possibilitem tal destruição. E isto significa não só a real e potencial destruição de um inimigo externo, mas, também, da nação em casa. E que a própria existência do Estado num sistema de Estados significa que a nação está sempre em risco de guerra ou de sofrer uma invasão e o desvio de energia para fins militares acarreta mutilar os processos produtivos e de melhoramento da vida nacional.

Toda esta organização de energia e de tecnologia para a distribuição de morte não é um processo de modo algum natural, mas algo muito sofisticado. Na verdade, nas nações modernas e, também, durante todo o percurso da história europeia moderna, não poderia, vez alguma, existir sem o Estado.

²⁴ Ao que parece, Wilson, de facto, só usou este termo uma vez. H. G. Wells fora quem o usara pela primeira vez, no começo da guerra, para denunciar os poderes centrais numa série de artigos publicados na imprensa britânica intitulados *The War that Will End War*.

Não vai ao encontro das pretensões de qualquer outra instituição, não segue os desejos de grupos religiosos, industriais ou políticos alguns.

Se a necessidade de uma organização militar e de uma instituição militar poderá parecer não provir dos funcionários do Estado mas do povo, deve-se tão-só à sua origem num sector do público obcecado com o Estado, aqueles grupos que sentem de maneira mais rigorosa o Estado ideal. E, sem dúvida alguma, neste país já tivemos evidência de quão impotentes os pacíficos funcionários do Estado poderão ser, face a esta obsessão pelo Estado das classes significativas.

Se um sector poderoso das classes significativas sente de maneira mais intensa as atitudes do Estado, então, quase com toda a certeza, estas moldarão, a seu devido tempo, o Governo aos seus desejos, recuperá-lo-ão, para que seja uma materialização do Estado como este teria de ser. Já conhecemos, em todos os países, grupos que eram mais leais que o rei – mais patrióticos que o Governo – os *ulsteristas* na Grã-Bretanha, os *junkers* na Prússia, *L'Action Française*²⁵ na França, os nossos patrioteiros na América. Estes grupos existem para manter o guiador direito e evitar que uma nação faça uma viragem para longe do ideal de Estado.

O militarismo só expressa os desejos e satisfaz um impulso ainda maior para esta classe. As outras classes, abandonadas a si próprias, têm demasiadas necessidades, interesses e ambições para se preocuparem com um jogo tão caro e destrutivo. No entanto, o grupo obcecado pelo Estado logra ganhar o controlo da máquina do Estado ou intimidar aqueles que a controlam e, assim, mediante o uso da força colectiva, consegue regimentar para objectivos militares as outras classes refractárias ou relutantes.

O idealismo de Estado permeia todos os estratos da sociedade, cativando grupos e indivíduos, precisamente em proporção com o prestígio desta classe dominante. É assim que temos a manada sujeita a dois extremos, os patriotas militaristas de um lado, quase indistinguíveis em atitude e ânimo dos mais reaccionários Bourbons de qualquer Império, e os grupos de trabalhadores não qualificados, que carecem inteiramente de um sentido de Estado. Mas o Estado age como um todo e a classe que controla a máquina governamental pode direccionar a acção efectiva da manada como um todo. A manada não é, na realidade, emocionalmente um todo. Contudo, mediante uma engenhosa mistura de adulação, agitação e intimidação, a manada é metida

²⁵ Com a referência a estes grupos, os pró-britânicos, no contexto da luta pela independência da Irlanda, os *junkers*, como elite conservadora prussiana fundamental na união da Alemanha e no poderio militar alemão, e os conservadores da *Action Française*, do período que chega até ao fim da segunda guerra mundial, Bourne não deixa de ver umas atitudes políticas e nacionalistas que não deveriam ter cabimento no contexto norte-americano. *Junker* passou a denominar todas as forças do Eixo e foi com este termo que Bourne fora acusado de germanófilo.

em ordem, numa unidade mecânica efectiva, se não numa unidade espiritual. Os homens são informados, no mesmo dado momento, de que entraram numa instituição militar por vontade própria, como sacrifício generoso em prol do bem-estar do seu país, e de que, se não o fizerem, serão, também, perseguidos e punidos com os castigos mais horríveis e, sob a mais indescritível confusão de orgulho democrático e medo, submetem-se para proceder à destruição dos seus meios de vida, se por acaso não da própria vida, de um modo que poderia, anteriormente, ter parecido tão chocante como incrível.

Nesta enorme máquina da manada, a dissidência é como areia nas engrenagens. O ideal de Estado é primordialmente uma espécie de pulsão animal cega que força uma unidade militar. Qualquer diferença para com tal unidade faz com que um impulso enorme na sua totalidade se vire para a esmagar. A dissensão é rapidamente proscrita e o Governo, apoiado pelas classes significativas e por aqueles que em cada localidade, embora pequena, se identificam com elas, procede contra os transgressores, sem atender ao seu valor para as outras instituições da nação ou às consequências, que a sua perseguição possa ter, na opinião pública. A manada passa a estar dividida entre caçadores e caçados e a empresa bélica torna-se não só num exercício técnico mas, também, num desporto.

Nunca deverá ser esquecido que as nações não se declaram guerra umas às outras, nem que, num sentido estrito, as nações não lutam umas contra as outras. Muito se tem dito a respeito de que as guerras modernas são guerras de povos inteiros e não de dinastias. Embora uma nação inteira seja arremetida e todos os recursos do país sejam confiscados para a guerra, isto não quer dizer que seja o país *qua* país que se encontre a lutar. É o país organizado como Estado que está a lutar e tão-só como Estado é que poderia lutar. Assim é que literalmente os Estados fazem a guerra entre si e não os povos.

Os Governos são os agentes dos Estados e são os Governos que declaram a guerra entre eles, actuando com fidelidade às formas no interesse do grande ideal de Estado que representam. Não se conhece caso algum, nos tempos modernos, de que se tenha consultado povo algum no início de guerra alguma. A presente reivindicação de um "controlo democrático"²⁶ da política externa indicia como completamente, até nas mais democráticas das nações modernas, a política externa tem sido um domínio secreto e privado do ramo executivo do Governo.

²⁶ Este "controlo democrático" da política externa era algo que já estava implícito na declaração de guerra de Wilson, o discurso mais conhecido como "Making the World Safe for Democracy", de 2 de Abril de 1917. Wilson aí terá o cuidado de deixar claro que a guerra não era uma guerra contra o povo alemão, mas contra o Governo autocrático do Império Alemão. Wilson sublinha também que, ao participarem na guerra, não têm pretensões territoriais ou desejos de obter compensações de guerra. Esta é uma exigência de todos os grupos pacifistas.

Embora Parlamentos e Congressos sejam representantes do povo em tudo aquilo que está relacionado com a administração interna dos assuntos políticos de um país, nas relações exteriores nunca tem sido possível defender que o corpo popular tenha agido de outra maneira a não ser como um total ratificador mecânico da vontade do Executivo.

A formalidade mediante a qual são os Parlamentos e Congressos que declaram a guerra é um mero tecnicismo. Antes que uma tal declaração possa ter lugar, o país já terá sido levado pela política externa e pelo Executivo para a beira de uma guerra. Terão sido tomados caminho abaixo uma longa série de passos, cada um deles mais fatalmente a comprometer um país confiado num curso de acção de contornos bélicos, sem que o povo ou os seus representantes sejam consultados ou cheguem a exprimir as suas opiniões. Quando a declaração de guerra é finalmente requerida pelo Executivo, o Parlamento ou o Congresso não a podem rejeitar sem inverter o curso da história, sem repudiar aquilo que os tem representado aos olhos dos outros Estados, como símbolos e como intérpretes da vontade e ânimo da nação. O repudiar um Executivo em tal altura seria equivalente a fazer público perante todo o mundo a evidência de que o país teria sido grosseiramente enganado pelo seu próprio Governo, de que o país, com uma incúria quase criminosa, teria permitido ao seu Governo comprometer-se com grandiosos desígnios nacionais nos quais não teria interesse algum. Numa tal crise, até um Parlamento, que nos Estados mais democráticos representa o homem comum, e não as classes significativas, que de uma maneira mais veemente anseiam pelo ideal de Estado, apoiará entusiasmadamente a política externa de que chega a perceber muito menos que aquilo que devia e votará quase unanimemente a favor de uma guerra de resultado incerto, na qual a nação bem poderá ser reduzida a algo semelhante ao entulho.

Esta é a razão pela qual o referendo,²⁷ que era defendido por alguns como averiguação do sentimento americano sobre a entrada na guerra, foi considerado pelos democratas mais reflexivos como algo subtilmente inadequado. Os dados já tinham sido lançados. Os caprichos populares tão-só transtornariam e atrapalhariam terrivelmente o marchar majestoso da política do Estado na sua nova cruzada em prol da paz no mundo. O irresistível ideal de Estado tomou os intestinos dos homens. Enquanto que até àquele momento tinha sido algo irreprovável ser neutral mediante as palavras e as acções, porque assim o decidira a política externa do Estado, desde então tornara-se no crime

²⁷ Tal como já tinha sucedido na Austrália, também nos Estados Unidos, em Março de 1917, houve uma proposta, rejeitada no Congresso, de aprovar, mediante referendo, a entrada na guerra. Os propositores foram os senadores Robert La Follette e Thomas P. Gore. Foi também, neste momento, que Bourne, Amos Pinchot e Max Eastman se juntaram a este esforço de pedir um referendo em relação à entrada da América na guerra.

mais hediondo o permanecer neutral. O Meio-Oeste que, nos nossos dias de neutralidade, fora radicalmente pacifista, tornou-se em poucos meses belicoso em igual grau e, no seu zelo de queimar bruxas e detectar inimigos internos, não cedeu a prioridade a nenhuma outra parte do país.

A mentalidade de manada seguiu fervorosamente a mentalidade de Estado e a agitação para o referendo prontamente se esqueceu, o país caiu na conclusão universal de que, dado que o seu Congresso tinha formalmente declarado a guerra, a nação, ela própria da maneira mais solene e universal, tinha idealizado e conduzido todo aquele processo. A opressão das minorias ficou justificada sob o argumento de que estas se encontravam perversamente a resistir à vontade racionalmente concebida e solenemente declarada pela maioria da nação.

A coincidência de opiniões na manada, que se tornara inevitável no momento em que Estado tinha posto em andamento posicionamentos belicistas, veio a ser interpretada como uma decisão popular que precedia à guerra e a ausência de inclinação para assentir à manada era acolhida como um acto monstruosamente anti-social. Assim, o Estado que tivera vigorosamente resistido à ideia de um referendo e se aferrara tenaz, decididamente e com pleno sucesso ao controlo autocrático e absoluto da política externa, teve todo o prazer de ver, em poucos meses, o país entregue à impressão retrospectiva de que um referendo genuíno tivera sido efectuado. Quando um país assume estas atitudes de Estado, a sua memória esmorece; concebe-se a si próprio não como tendo meramente aceite, mas como tendo efectivamente desejado toda a política e técnica da guerra. As classes significativas, com os seus satélites de seguidores, identificam-se com o Estado e, assim, aquilo que o Estado, através da acção do Governo, desejou, assim, também, esta maioria considera como tendo desejado.

Tudo isto contribui para demonstrar que o Estado representa todas as forças autocráticas, arbitrarias, coercivas e beligerantes de um grupo social; é uma espécie de amálgama de tudo aquilo que há de mais desagradável face ao moderno espírito criativo livre, ao sentimento pela liberdade e à consecução da felicidade. A guerra é a saúde do Estado. Só quando o Estado está em guerra é que a sociedade moderna funciona, com unidade de propósito, com uma elementar e acrílica devoção patriótica e com uma coordenação de serviços, que sempre foram o ideal do amante do Estado. Contudo, devido ao atropelo dos ideais democráticos, a república moderna não pode partir para a guerra com quaisquer velhas concepções da autocracia e com beligerância para gerar morte.

Se o ímpeto para a guerra requer um renascimento dos ideais de Estado, estes só poderão retornar sob formas democráticas, sob uma convicção retrospectiva de controlo democrático da política externa, sob um desejo de guerra democrático e, particularmente, sob esta identificação da democracia com o Estado. Quão degenerado o Estado poderá vir a ser vem indicado pelas

leis contra a sedição e por uma atitude ainda não requalificada do governo sobre a política externa.

Uma das primeiras exigências dos democratas com visão de longo alcance nas democracias da Aliança foi a de que a diplomacia secreta²⁸ acabasse. Considerava-se a guerra como tendo sido possibilitada por uma malha de acordos secretos entre Estados, alianças que tinham sido realizadas por governos sem a cobertura do apoio popular ou, mesmo, do conhecimento popular e mediante compromissos vagos e pouco explicados que quase não tinham atingido a qualidade de um tratado ou acordo, mas que denunciavam um vínculo para tal. Com certeza, diziam estes pensadores democráticos, a guerra dificilmente será evitada, a menos que este venenoso sistema oculto de diplomacia secreta seja destruído, este sistema no qual o poder de uma nação, a sua riqueza e a sua energia poderá ser entregue como um cheque em branco a uma nação aliada e que poderá ser cobrado durante qualquer crise futura. Os acordos que deverão afectar as vidas de povos inteiros terão de ser realizados por povos e não por Governos ou, pelo menos, pelos seus representantes à plena luz do público e da crítica.

Uma exigência de "controlo democrático da política externa"²⁹ parecia axiomática. Até mesmo se o país tivesse sido empurrado para a guerra mediante passos dados secretamente e anunciados ao público após terem sido realizados, sentia-se que a atitude do Estado Americano para com a política externa era só uma reliquia dos velhos maus tempos e devia ser substituída por uma ordem nova. O próprio presidente americano, a esperança do mundo liberal, tinha

²⁸ De facto, os bolcheviques, em Dezembro de 1918, revelariam os acordos secretos dos Aliados para dividirem o espólio das Potências Centrais. O desconforto gerado em Wilson foi grande, pois este não estaria a par dos planos secretos dos Aliados, o que leva Wilson a apresentar uma proposta de "Catorze Pontos", a favor de relações externas reguladas pelo direito. Pontos que, em parte, ou, mesmo, no seu conjunto seriam de difícil assimilação por parte dos Aliados, especialmente dos britânicos e franceses, ao serem potências coloniais que se veriam levadas a aceitar a livre circulação marítima e a autodeterminação dos povos.

²⁹ Proposta de Wilson no Primeiro dos Catorze Pontos. O "Fourteen Point Speech", tal como a "Doutrina Monroe", pretenderá ser um dos documentos orientadores da política externa norte-americana. De alguma maneira, estes "Catorze Pontos" ficaram para a história como uma mera declaração de intenções, ligados ao fracasso da participação norte-americana na Sociedade das Nações. Efectivamente, este documento propunha transparência nas discussões de assuntos de política internacional e, como se veio a comprovar, o Tratado de Versalhes seria negociado com uma dose de acentuado secretismo por parte das potências vencedoras. Os pontos mais importantes para a política externa norte-americana de Wilson seriam a protecção dos direitos de navegação livre, a descida das tarifas para o comércio internacional e a implementação de medidas de controlo de armamentos. Para os congressistas da ala mais liberal, o problema surge com os pontos relativos à descolonização e autodeterminação dos povos e, principalmente, com o Ponto 14, que visa o estabelecimento de uma "associação geral de nações" para preservar a paz e que deverá ser regida pelo direito internacional. Numa situação limite, suporia o uso da força e, mais uma vez, um sacrifício da tradicionalmente posição isolacionista da América desde os tempos de Washington.

II

Uma análise do Estado levar-nos-ia a considerar os começos da sociedade, àquele complexo de pulsões religiosas, pessoais e de manada que encontraram a sua expressão, das mais variadas formas. O que nos interessa presentemente é o Estado Americano, como ele se comporta e como os Americanos se relacionam com ele no século XX, e, para perceber isto, devemos retroceder nada menos que até à monarquia inglesa mais primitiva, da qual a nossa república americana é descendente directa. Até que ponto essa linha é directa e autêntica é algo que quase ninguém chega a conhecer. Aqueles que acreditam na mais clara distinção entre democracia e monarquia quase nem se aperceberiam de como uma instituição política poderá ter sofrido tantas transformações e ainda assim permanecer na mesma. No entanto, uma simples consideração rápida deverá revelar-nos que, apesar de toda a evolução da monarquia inglesa, com todos os seus desenvolvimentos e revoluções e até com o seu salto, através do mar, para uma colónia que se tornaria uma nação independente e, posteriormente, num Estado poderoso, é ainda aquele mesmo, o Estado, que opera e as suas atitudes têm permanecido, essencialmente inalteradas. As mudanças têm sido formais e não afectam o seu carácter interno. Melhor ainda, aquela celebrada ampliação da democracia não foi um processo, mediante o qual o Estado fora essencialmente alterado para ir ao encontro de alterações nas classes sociais, de um alargamento da educação e de necessidades de organização social, mas uma mera expansão elástica daquele velho espírito do Estado que absorveu novidades e se ajustou, com êxito, às exigências. Nem sequer uma só vez fora abalado. Tão-só numa ou, talvez, duas ocasiões fora seriamente posto em causa e, em cada uma delas, recuperou rapidamente o seu equilíbrio, para continuar com todas as suas atitudes e certezas, dum modo ainda mais fortalecido pela agitação.

Sob esta perspectiva, o estado democrático moderno não será, assim, a reluzente criação de uma nova era, uma forma política em que os grandes povos viverão livre e salutarmente num mundo moderno, mas o último e decrépito rebento de uma encanecida estirpe antiga que, ao estar tão gasta, já quase não pode reconhecer o seu antepassado e que, de facto, o repudia, ao mesmo tempo que se agarra tenazmente ao espírito irrelevante e arcaico que tornara uma vez poderoso este seu antepassado, rejeitando as vasilhas de um novo néctar que a vitalidade de uma sociedade moderna tão desesperadamente necessita. Uma conclusão tão terminante como esta, em relação ao Estado americano, poderia ser questionada, se não tivesse sido por causa de uma guerra que produziu uma longa e esplêndida série de exemplos da tenacidade do Estado ideal e da sua influência sobre as classes significativas da nação americana. A guerra é a saúde do Estado e é durante a guerra que melhor percebemos a natureza dessa instituição. Se a democracia americana, durante a guerra, agiu com uma quase espantosa fidelidade à forma e fez ressuscitar com ferocidade

e júbilo o aletargado Estado, podemos concluir tão-só que a antiga tradição do passado não foi quebrada e que a república americana é descendente do mais remoto Estado Inglês.

E qual era a natureza deste Estado inglês mais remoto? Antes de mais, foi uma monarquia absoluta medieval, que surgiu do caos feudal e que supôs a primeira tentativa de ordem, após uma assimilação turbulenta de invasores bárbaros, por parte de uma civilização romana cristianizadora. O senhor feudal evoluiu, a partir do guerreiro invasor a quem lhe tinha sido concedida terra ou que, para si, a tomara, possuindo-a, assim, efectivamente, com vassalos e em usufruto, como feudo a um senhor superior a quem tinha ajudado na guerra. Os seus servos e vassalos prestavam fielmente um serviço, em troca de uma protecção que o guerreiro, com o seu bando, lhes ofereciam. No local em que um senhor invasor conseguisse exercer o seu poder sobre uns lugares-tenentes inferiores, surgia um principado, como a Inglaterra, e um inquieto e ambicioso rei podia estender o seu poder sobre os seus vizinhos e consolidar os seus pequenos reinos para vir a sucumbir sob o poder superior de um invasor, como Guilherme, o Conquistador, que acabaria por submeter todo o reino, sob o seu punho.

O Estado moderno tem início, quando um príncipe, quase sem oposição, afiança o seu domínio tanto sobre um território como sobre umas gentes relativamente homogêneas e se esforça por fortalecer um poder e manter uma ordem que se encaminham a estabelecer a segurança e influência dos seus herdeiros. O Estado, na sua origem, é uma monarquia pura e dura; é o poder armado que culmina numa só cabeça, empenhada num objectivo único, em reduzir à submissão, a uma lealdade incondicional e sem compromissos, todas as gentes de um determinado território. Este será o interesse primordial do Estado e isto será algo que, através de miríades de transformações que gozará, o Estado nunca perderá.

Quando esta submissão é alcançada, o Estado moderno é iniciado. No rei, os seus súbditos encontraram protecção e um sentido de unidade. Numa perspectiva monárquica, ele era um guerreiro com recursos, firme, ambicioso que alcançava todo o poder supremo que ansiava. Na perspectiva daqueles, ele era um símbolo da manada, o emblema visível da segurança que precisavam e pela qual se ordenavam em união gregária. Os servos e aldeões, cuja segurança em mãos de pequenos senhores tinha sido violentamente estilhaçada, devido a constantes conflitos pela supremacia, agora conseguiam um novo fôlego sob a supremacia, que aniquilava a anarquia local. O rei e o povo coincidiam na sua sede de ordem e a ordem tornou-se na primeira função curativa do Estado. Contudo, na manutenção da ordem, o rei necessitava de oficiais de justiça e as antigas e primitivas regras grupais para administrar a justiça tinham de ser codificadas: fora elaborado um sistema formal de leis. O rei necessitava de ministros que obedecessem aos seus desejos como

extensão do seu próprio poder. Tal como uma máquina amplifica o poder da mão do homem, assim o Estado cresceu como uma diferenciação gradual do poder absoluto do rei, fundado sobre a devoção dos seus súbditos e sobre o seu controlo dum bando armado, exaltado e de obediência inquestionável. A gratidão pela segurança e o medo a um braço forte bastavam para produzir a lealdade do país ao Estado.

Assim, a história do Estado é o esforço por manter esta prerrogativa pessoal de poder, o esforço por converter em leis, cada vez mais firmes, as regras de ordem, as condições de retaliação pública, a distinção entre classes e a posse de privilégios. Foi um esforço em converter aquilo que, no princípio, tinha sido uma usurpação arbitrária e um uso perfeitamente manifesto e injustificável da força, em algo assumido e estabelecido divinamente. O Estado evolui linearmente, desde a ditadura militar até ao direito régio divino. Aquilo que, no início, teve de ser imposto pela força vem a ser, mediante o hábito, uma necessidade inevitável. A moderna aceitação inquestionável do Estado surge de longas e turbulentas centúrias, quando o Estado era contestado e tinha de lutar por prevalecer.

O estabelecimento do poder pessoal, por parte do rei – o Estado inicial – teve de concorrer com a audácia de barões hostis, que, bem cedo, conseguiram ver nitidamente o surgimento da monarquia e não encontraram razões pelas quais não pudessem eles próprios reinar, as disputas entre o rei e os seus familiares, as desavenças pelas heranças e as lutas pela entrega de propriedades ameaçavam constantemente a existência do novo Estado monárquico. A ânsia de poder do rei exigia, para a sua absoluta satisfação, uma universalidade de controlo político nos seus domínios, tal como a Igreja Romana exigia controlo espiritual sobre todo o orbe. E, tal como os Papas rivais, eram um produto inevitável de tal pretensão de soberania, os reis e príncipes concorrentes rivalizavam por essa jóia deslumbrante de poder indisputado.

Não foi até ao regime Tudor que houve na Inglaterra uma monarquia inimputável de carácter pessoal nos parâmetros do Estado ideal inicial, a governar uma nação razoavelmente bem organizada e próspera. Os Estuardos não só eram pouco sensatos, graças ao trabalho de Guilherme, o Conquistador,³⁶ mas também cometeram o erro fatal de tornarem evidente, à vista e à filosofia

³⁶ Guilherme, "o Conquistador" (1027-1087), invasor normando que bem pronto se considerou como legítimo herdeiro do trono de seu primo Eduardo "o Confessor". Será coroado rei de Inglaterra após a batalha de Hastings (1066). A característica mais marcante do seu reinado foi o deixar praticamente intactas a cultura e as tradições inglesas e a administração pública, provavelmente porque esta era muito mais avançada que a normanda. Para os pensadores radicais ingleses, como Thomas Paine, Guilherme representará a submissão do povo ao poder estrangeiro, algo que se perpetuará, mediante a hereditariedade da instituição monárquica que será vista como a negação de qualquer possibilidade de respeito pelo consentimento popular.

de todos, a ideia de Direito Divino³⁷ implícito no Estado e tudo num momento em que uma nova classe de nobreza rural e uma burguesia alcançavam zelosamente fortuna e consciência afeiçoadas mediante uma religião teocrática e individualista. Se tivesse permanecido no poder, Cromwell³⁸ poderia ter alterado, com certeza, o ideal de Estado e talvez o tivesse transformado completamente, destruindo os conceitos de poder pessoal e de soberania universal e o tivesse substituído por uma espécie de Governo de Soviets Presbiterianos,³⁹ sob a tutela de um czar celestial. Mas a Restauração trouxe, de volta, o velho Estado sob uma forma peculiarmente fútil. A revolução foi uma mera mudança de monarcas motivada por uma maioria protestante que insistia em obter garantias contra uma regressão religiosa. A natureza intrínseca de uma monarquia como símbolo do Estado não foi minimamente alterada. Em vez dum monarca inepto, que não tinha capacidade pessoal para liderar o Estado ou reunir nele próprio as prerrogativas régias, surgiu uma corte de cortesãos que manejavam o Estado. Contudo, o seu rumo estava de acordo com os interesses do monarca e do ideal tradicional, para que não fosse quebrada a corrente do Estado Inglês.

O celebrado parlamento inglês dos lordes e comuns nunca possuiu energia suficiente alguma que debilitasse ou ameaçasse debilitar o ideal de Estado. O seu propósito inicial foi meramente o de facilitar a obtenção de receita para o rei. Os nobres responderam melhor, quando pareciam assentir a dar o seu consentimento. A sua quota de participação no Governo autêntico era só algo subjectivo e a existência do Parlamento serviu para acalmar qualquer impaciência face à autocracia régia. As classes significativas quase não tiveram ocasião de se insurgirem, quando tiveram o privilégio de dar o seu consentimento às medidas régias. Sempre houve uma válvula de escape para o

³⁷ *Rex ex gratia dei* será a frase associada aos monarcas absolutos que justificam o seu poder na intervenção divina. Este lema bem visível nas moedas de monarquias europeias é substituído na América pelo não menos loquaz *In God We Trust*.

³⁸ Oliver Cromwell (1599-1658) líder puritano inglês, que se destaca numa revolta contra o poder régio e a favor do Parlamento, é-lhe atribuído o título de "Senhor Protector," de 1653 até 1656, governando praticamente como um ditador republicano, subvertendo a intenção inicial de fazer respeitar as decisões do Parlamento, frente às arbitrariedades do monarca, principalmente sobre questões de impostos para financiar guerras. Cromwell não agiu como um democrata e, de facto, suprime o grupo mais progressista do momento, os *levelers*. No entanto, é de destacar a sua obra, melhorando o ensino básico e universitário, a abolição da pena de morte e os seus esforços por encetar uma reforma legal.

³⁹ O Presbiterianismo supõe uma organização mais democrática da igreja. Rejeita o Anglicanismo, Episcopalianismo, o facto de os bispos serem nomeados pelo rei, máximo representante de Deus na igreja anglicana, fazendo que todos os ministros sejam iguais. Com o termo *soviets*, Bourne vê também uma organização descentralizada e, pela altura em que escreve, com uma função de vigilância sobre os princípios de funcionamento. Será, pois, uma teocracia de carácter social.

espírito rebelde de qualquer lorde poderoso revoltado pessoalmente contra o rei. O único Governo que tentara seriamente governar fora da influência e contra a vontade régia precipitou uma guerra civil que acabou na submissão efectiva do Parlamento e numa ainda mais negligente e corrupta autocracia do que aquela que, até então, tinha sido conhecida. Ao chegar ao reinado de Jorge III,⁴⁰ o Parlamento estava já moribundo, sem que supusesse representação alguma para as novas classes burguesas ou para camponeses e trabalhadores, uma mera paródia frívola de uma legislatura, sendo desprezado tanto pelo rei como pelo povo. O rei era mais efectivamente o Estado e os seus ministros eram o Governo, que era dirigido, à mercê dos caprichos pessoais, por homens cujo interesse era a intriga pessoal. O Governo há muito era aquilo que nunca deixara de ser – uma série de privilégios e salários no exército, na armada e nos diferentes departamentos do Estado, para os representantes das classes privilegiadas.

O Estado de Jorge III era o exemplo do ideal mais arcaico do Estado Inglês, a pura monarquia pessoal. A grande massa do povo tinha caído na antiga tradição da lealdade à coroa. Aquelas classes que poderiam acabar por ficar agitadas na procura de poder foram contidas, mediante uma mera amostra de Governo representativo e de uma cedência interessada em alguns lugares no Governo. O descontentamento só se revelou naqueles poucos membros iluminados que não se acomodavam na ironia da total irracionalidade de um Estado gerido de acordo com antigos modelos heróicos, a favor de um soberano grotesco e para uma série igualmente grotesca de ministros-cortesãos. Tal descontentamento não conseguiu, de forma alguma, reunir força suficiente para uma revolução. Contudo, a aguardada revolução surgiu na América, onde o obviamente indefinido matiz de uma representação parlamentar tinha sido negada aos colonos. Tudo o que era vital no pensamento político da Inglaterra apoiava os colonos americanos na sua resistência ao irritante Governo de Jorge III.

A Revolução Americana foi iniciada com umas esperanças latentes concretas que ocasionariam uma ruptura genuína com o Estado Ideal. A *Declaração de Independência*⁴¹ anunciava doutrinas que eram completamente incompatíveis

⁴⁰ Jorge III (1738-1820) é o monarca foco da ira revolucionária e independentista dos colonos americanos. No seu reinado, é promulgada toda a legislação punitiva contra as colónias que viram ignorados os seus anseios de representação no parlamento britânico, ou melhor, de cidadania. As queixas dos colonos americanos contra Jorge III ficaram, para a história, explicitadas na Declaração de Independência.

⁴¹ Trata-se de um documento elaborado por Thomas Jefferson e aprovado no dia 4 de Julho de 1776. É, em primeiro lugar, uma justificação de carácter ético-político das razões que levaram à secessão com a Grã-Bretanha. Para isso, enumera uma série de violações, por parte do rei britânico, de leis do Direito Natural e do Direito Divino. No segundo parágrafo, estabelece as verdades que devem reger um Governo, reconhecendo direitos inalienáveis, tais como a vida, a liberdade e a felicidade, cuja protecção é a justificação da existência de qualquer governo. Por último, a Declaração estabelece a soberania popular, sendo que toda a legitimidade política

não só com o conceito centenário de Direito Divino dos monarcas, mas também com o de Direito Divino do Estado. Se todos os Governos derivam a sua autoridade do consentimento dos governados e, se a um povo lhe cabe derrubar um Governo que, num dado momento, se torna opressivo, instituindo, por sua vez, um mais aproximado aos seus interesses e ideais, a antiga ideia da soberania dos Estados fica destruída. O Estado fica reduzido ao mais rasteiro instrumento para levar a cabo políticas populistas. Se uma revolução é justificável, um Estado poderá ser inclusive criminoso, ao evitar a sua própria extinção.

A soberania popular não é só uma frase. É um desafio directo à tradição histórica do Estado, porque implica que a santidade última não reside, em absoluto, no Estado ou no seu agente, o Governo, mas na Nação, isto é, no país visto como um grupo cultural e não especificamente como uma manada dominada pelo rei. O Estado, então, transforma-se num mero instrumento, um serviçal do poder popular ou das necessidades construtivas de um grupo cultural. A Revolução, portanto, continha nela os princípios de uma experiência moderna muito arrojada – a fundação de uma nação livre que faria uso do Estado para materializar os seus objectivos grandiosos de dominar um continente tal como os exércitos dos colonos tinham usado as armas para afastar a sua sociedade do domínio irresponsável de um rei ultramarino e dos seus inúteis ministros. No que respeita às colónias americanas, a história do Estado poderia ter acabado em 1776 e a nação moderna, que ainda hoje luta por se materializar, poderia não ter nascido então.

Durante algum tempo, pareceu que o Estado tivesse morrido, pois os homens que alcançam a liberdade, em raras ocasiões sabem o que fazer com a sua liberdade. A semente fatal do Estado tinha sido semeada em cada colónia e não podia desaparecer. Os prestígios e interesses rivais começaram a deixar-se sentir. O medo aos estados estrangeiros, as preocupações económicas, a desavença entre as classes, a inevitável exaustão física e a prostração do idealismo, que se seguem a uma longa guerra, combinaram-se, no seu conjunto, para infundir nas classes responsáveis pelos novos estados um sentimento de regressão propício ao ideal de Estado.

De modo palpável, não havia razão alguma pela qual a simples falta de um Estado centralizado pudesse destruir a possibilidade de progresso numa nova América liberada, uma vez que todas as invejas e toda a rivalidade fosse destruída. Mas não existiam líderes para este nacionalismo anti-Estado. As máximas da Declaração permaneceram como meras máximas. Nenhum plano de construção foi elaborado sobre elas. O Estado ideal, por seu lado, possuía líderes ambiciosos das classes financeiras que viam na excessiva descentralização da

se assenta no consentimento do povo em ser governado. Consequentemente, se um Governo não possuir esta legitimidade, o povo tem o direito ou, mesmo, o dever de o alterar, abolir ou reinstalá-lo.

desbancados pelos seus rivais dentro da sua zona de conforto. Pelo menos encontravam-se plenamente seguros de ataques do eleitorado oficialmente constituído que, enquanto o sistema político se estabelecia mais firmemente, vieram a saber que só podiam votar nas listas que lhes tinham sido estabelecidas por conselhos desconhecidos, com a cobertura de um “partido” todo-poderoso e autoritário.

Tão depressa como este sistema foi organizado numa hierarquia que se estendia desde a política nacional e estadual até à dos condados, tornou-se seguro o alargar o eleitorado. Os protestos dos não abastados ou dos menos abastados para partilharem da escolha do seu Governo republicano democrático podiam ser graciosamente aceites sem porem minimamente em perigo a supremacia daquelas classes que os fundadores haviam designado como supremas. A minoria encontrava-se agora ainda mais protegida que durante o sistema antigo, embora a eleição ainda fosse indirecta. O eleitorado fora agora reduzido a um ratificador de listas e, como tal, ratificador de listas, ou seleccionador entre duas listas, ambas comprometidas com o domínio da classe mais elevada, o eleitorado podia então possuir o mais livre, o mais universal dos sufrágios, pois qualquer maciço desejo de mudança política, qualquer vontade decidida em mudar o equilíbrio entre classes teria de se registar, mediante a aparelhagem do partido. Não faria ataque frontal algum contra o Governo. E o aparelho partidário estava concebido para absorver e neutralizar este embate popular, dando ao povo indignado uma pedra dissimulada quando reclamasse pão político e esmagando efectivamente qualquer terceiro partido que alguma vez, mesquinhamente, tentasse alcançar o Governo, para além do sistema bipartidarista.

O sistema de partidos, com certeza, teve um êxito muito para além dos sonhos mais irrealistas dos seus criadores. Relegou os fundadores da Constituição ao papel de doutrinários teóricos de políticos amadores. Ao constituir-se lentamente para ir ao encontro das necessidades de políticos ambiciosos e porque não tinha sido imposto por uma ordem da classe dirigente, tal como tinha sido a Constituição, teve a oportunidade de se assimilar, de se transformar em conhecimento político e em algo instintivo no povo, e ser aberta e universalmente adoptado como um preceito político genuíno expressivo, tanto de uma necessidade popular como de um pedido da classe dirigente. Satisfez a exigência de democracia popular. O enorme sentimento de vitória que se seguiu à eliminação dos requisitos de propriedade para o sufrágio, a evidência tangível de que agora cada cidadão participava nos assuntos públicos e de que toda a humanidade democrática se governava a si própria criou uma sensação de complacência política que perdurou ininterruptamente até ao século XX. O sistema de partidos foi, assim, um meio de remover de uma grande parte da população quaisquer razões de queixa e de dar às classes dirigentes uma oculta, mas genuína, posse do controlo que a Constituição tinha tentado dar-lhes

abertamente. Colmatou e reparou as inépcias da Constituição. Transformou-se num Governo não-oficial, mas real, o instrumento que usava a Constituição como seu instrumento.

Só em duas situações, pareceu que o sistema de partidos havia perdido o seu controle. Perdeu o pé com a criação de um partido novo, desde fora – nas eleições de Jackson e de Lincoln. Jackson surgiu como representante de um novo Oeste democrático que não possuía tradição sobre requisitos censitários de sufrágio e Lincoln surgiu como candidato de uma minoria, num tempo de lutas entre facções e secções. Mas o desconcerto dos políticos partidários foi breve. O sistema de partidos provou-se como completamente capacitado para assimilar os dois movimentos novos. A insurreição de Jackson pronto foi tomada pela velha máquina e alimentou a escravocracia, o partido de Lincoln tornou-se propriedade da prosperidade do capitalismo. Nem Jackson nem Lincoln desviaram absolutamente nada a marcha triunfal do sistema de partidos. Quase em nenhum outro contexto, o eleitorado, em termos práticos, teve uma escolha a não ser entre dois candidatos, idênticos em relação ao seu papel político, como representantes das classes significativas no Estado. Campanhas, como as de Bryan,³⁶ onde um partido é capturado por um elemento que pretende uma transferência real de poder, das classes significativas para as menos significativas, fragmentaram o seu partido e os ataques esporádicos de terceiros partidos tão-só desequilibraram a balança para um ou para outro dos grandes partidos ou, se suficientemente ameaçadores, produziram uma coligação virtual, em contra deles...

³⁶ William Jennings Bryan (1860-1925), secretário de Estado de Wilson, que, em Junho de 1915, se demite, sendo pacifista, em desacordo com as políticas de Wilson. Na sua vida como político, concorrera, várias vezes, às primárias do Partido Democrata. Perdera contra McKinley e Taft, na corrida à Casa Branca. Foi conhecido pela interpretação literal da Bíblia e por representar o lado populista do partido, assentando as suas visões sobre a defesa do cidadão comum, frente aos ricos e poderosos. Foi o primeiro candidato à Casa Branca a participar em comícios, para obter a sua eleição.

CRONOLOGIA DE RANDOLPH BOURNE, NO CONTEXTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

- 30.05.1886 Randolph Bourne nasce em Bloomfield, Nova Jérсия. Arrastará, durante a sua vida, as sequelas do uso inadequado de um fórceps, nas mãos de um médico inexperiente.
- 1890 Bourne é afectado por uma tuberculose espinal, que lhe ocasiona mais sequelas físicas.
- 1903 É aceite na Universidade de Princeton. Não recebe apoio económico suficiente para poder dar início aos estudos.
- 1904 Para ganhar a vida, Bourne dedica-se a vários trabalhos e sofre na pele a discriminação, por ser jovem e deficiente.
- 1909 Bourne recebe uma bolsa para estudar na Universidade de Columbia. Torna-se afim do socialismo.
- 1910 Em Janeiro, Bourne publica o seu primeiro artigo na revista universitária *Columbia Monthly*. Em Maio, passa a fazer parte da direcção da revista.
- 1911 Começa a colaboração de Bourne com a revista *Atlantic Monthly*, e "The Two Generations" é o seu primeiro artigo.
- 1912 Bourne finaliza o mestrado com uma dissertação intitulada "Um estudo sobre a 'suburbanização' de uma cidade e os efeitos deste processo na vida social".
- 05.11.1912 Woodrow Wilson ganha as eleições presidenciais dos EUA, derrotando o presidente William Howard Taft, o ex-presidente Theodore Roosevelt, que concorria pelo Partido Progressivo, e o candidato socialista Eugene Debs.
- 17.02.1913 É inaugurado o "Armory Show", a primeira exposição de arte moderna nos EUA, que introduz a nova estética modernista.
- 1913 Bourne publica o seu primeiro livro *Youth and Life*.
- 10.12.1913 A *Carnegie Endowment for International Peace* recebe o Prémio Nobel da Paz.
- 21.04.1914 Após o golpe de Estado, do general mexicano Victoriano Huerta, os Estados Unidos tomam o porto de Vera Cruz.
- 28.06.1914 O arquiduque Francisco Fernando da Áustria é assassinado em Sarajevo. A Áustria-Hungria declarará guerra à Sérvia, em Julho. Os EUA declaram a sua neutralidade.
- 01.08.1914 A Alemanha declara guerra à Rússia e à França. Constituem-se os dois blocos militares da Primeira Guerra Mundial, os Aliados (França, Inglaterra, Rússia, a quem, posteriormente, se unirá a Itália e o Japão) e as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia).
- 15.08. 914 Abre ao trânsito marítimo o Canal do Panamá.

- 1913-1914 Bourne recebe uma bolsa e viaja pela Europa. Este périplo inclui: Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Dinamarca e Suécia.
- 1914 Com o seu artigo "In a School Room", Bourne passa a colaborar com a revista *New Republic*. Torna-se conhecido pelas suas peças sobre educação, planificação urbana e literatura. Exprime opiniões contra a entrada dos Estados Unidos na guerra. A direcção da revista mostra-se, no entanto, a favor.
- 15.01.1915 A Alemanha declara um bloqueio naval às águas territoriais britânicas.
- 07.05.1915 É afundado, por submarinos alemães, o transatlântico britânico *Lusitania*. Falecem mais de 1200 pessoas, das quais 128 são americanos.
- 07.06.1915 O pacifista William Jennings Bryan demite-se de Secretário de Estado, em desacordo com a política presidencial.
- 15.10.1915 Um consórcio de bancos norte-americanos, liderados por *J. P. Morgan & Company*, emprestam 500 milhões de dólares aos governos da França e da Inglaterra.
- 04.12.1915 Henry Ford freta um navio pacifista que viajará dos EUA para vários portos europeus, na tentativa de parar a guerra.
- 21.02.1916 Dá-se início à Batalha de Verdun, que se estenderá durante dez meses.
- 15.03.1916 Os Estados Unidos intervêm no México, enviando um exército expedicionário contra o líder golpista Pancho Villa.
- 24.04.1916 Começa a revolta na Irlanda.
- 03.06.1916 Face à deterioração da situação na Europa, é aprovada a *National Defense Act*. Os EUA passam a dispor de um exército regular de 175 000 homens e é reforçada a Guarda Nacional, que passa a contar com 450 000 membros.
- 1916 Bourne colabora numa nova revista, *The Seven Arts*. É aqui que verá a luz uma grande parte dos seus artigos pacifistas. Serão estes, em grande medida, a causa do seu fecho. Publica "The Gary Schools".
- 01.07.1916 No primeiro dia da Batalha do Somme, as tropas britânicas perdem 60.000 homens.
- 07.11.1916 Woodrow Wilson é reeleito presidente dos Estados Unidos. O "slogan" da sua campanha tinha sido "He kept us out of war".
- 18.12.1916 Numa tentativa de mediação, Wilson dirige uma missiva a todas as partes beligerantes, solicitando-lhes um esclarecimento dos seus objectivos. Parece implícito que os objectivos dos alemães serão tão lícitos como os dos Aliados.
- 22.01.1917 Wilson, perante o Senado, profere o discurso, que virá a ser denominado "Paz sem vitória", onde critica os objectivos de todas as potências europeias.
- 03.02.1917 Como consequência do afundamento do cargueiro americano *Housatonic*, Wilson corta as relações diplomáticas com a Alemanha.
- 24.02.1917 É interceptado um telegrama do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, em que é oferecida uma aliança ao México, em troca da qual a Alemanha ajudaria este país a recuperar todos os territórios perdidos no século XIX. O caso será conhecido como *Zimmermann Telegram Affair*.

- 25.02.1917 As tropas britânicas avançam sobre os turcos no Médio Oriente, conquistando Bagdad, Ramadi e Tikrit.
- 15.03.1917 O Czar Alexandre II é deposto, mediante uma revolução. Os aliados apressam-se a reconhecer o novo governo de tendências democráticas, a fim de obterem a permanência da Rússia, na guerra. A Alemanha é forçada a uma retirada estratégica na Frente Ocidental, denominada como linha Hindenburg.
- 02.04.1917 O presidente Wilson, na sessão inaugural do Congresso, pede a entrada dos EUA no conflito mundial, como meio de "assegurar o mundo para a democracia".
- 06.04.1917 Os Estados Unidos declaram guerra à Alemanha.
- 09.04.1917 As tropas aliadas, com a ajuda do exército canadiano, ganham terreno, de modo permanente, na linha Hindenburg, com um custo enorme, morrendo mais de 150 000 homens.
- 16.04.1917 Vladimir Lênin regressa à Rússia, após 12 anos de exílio, na Suíça.
- 24.04.1917 É instituída a *Liberty Loan Drive*, como medida para financiar a guerra, mediante obrigações do tesouro.
- 18.05.1917 É aprovada a *Selective Service Act*, pela qual todos os homens entre os 21 e 30 anos deverão inscrever-se no serviço militar. 10 milhões são recrutados e submetidos a uma lotaria que selecciona os primeiros 600 000 combatentes.
- 19.05.1917 O Governo provisório russo anuncia que continuará a colaborar no esforço de guerra. No entanto, os bolcheviques de Lênin, opostos à guerra, não deixam de crescer em número de simpatizantes.
- 27.05.1917 Começam os primeiros motins no exército francês, que durarão até Junho.
- 07.06.1917 Na Cordilheira de Messines, dá-se um dos acontecimentos mais trágicos da guerra: a detonação subterrânea de 600 toneladas de explosivos, devido à qual morrem repentinamente 10 000 soldados alemães.
- 13.06.1917 Aviões alemães bombardeiam Londres, causando a morte a 158 pessoas e ferindo outras 425.
- 25.06.1917 As tropas expedicionárias americanas, sob o comando do general John Pershing, chegam à Europa.
- 01.07.1917 A ofensiva na Frente Oriental termina num rotundo fracasso pela falta de preparação das tropas russas e pela divisão das mesmas, perante a guerra.
- 02.07.1917 A Grécia entra na guerra junto dos Aliados.
- 31.07.1917 Os britânicos reforçam a ofensiva em Ypres.
- 01.09.1917 Na Frente Oriental, devido a uma nova táctica alemã, as tropas russas são forçadas a uma retirada de Riga.
- 20.09.1917 As tropas britânicas dão início a uma nova estratégia em Ypres. Os ganhos são mínimos: para avançar mil metros, morrem 22 000 soldados. Em Outubro, ocorrem as primeiras mortes, por afogamento, nos campos de batalha, cheios de lodo e de crateras da artilharia.

- 24.10.1917 Na batalha de Caporetto, 41 divisões do exército italiano são forçadas à retirada, cerca de 300 000 italianos rendem-se aos alemães, enquanto 400 000 desertam.
- 31.10.1917 No Médio Oriente, as tropas britânicas da Palestina fazem retroceder as tropas turcas, até Jerusalém. T. E. Lawrence organiza guerreiros árabes, para fazer frente aos turcos.
- 03.11.1917 Ocorre a primeira intervenção do exército norte-americano, em solo europeu, nas redondezas do canal Rhine-Marne.
- 06.11.1917 Finalizada a *Terceira Ofensiva de Ypres*, morrem 500 000 homens de ambos os lados, sem que se dêem avanços, na paz ou na guerra.
- 07.11.1917 Vladimir Lênin e Leon Trotsky derrubam o governo provisório. A Rússia marxista cancela todos os acordos com os aliados e é anunciada a cessação de todas as actividades bélicas.
- 11.11.1917 O alto comando alemão, liderado por Erich Ludendorff, define as estratégias para 1918. Um milhão de mortos é estabelecido como um preço aceitável pela vitória.
- 07.12.1917 A Roménia, uma vez que perde o apoio da Rússia, vê-se forçada a armistício com as Potências Centrais.
- 09.12.1917 As tropas britânicas conquistam Jerusalém, dando por acabado o domínio turco de quatro séculos.
- 15.12.1917 É assinado o armistício da Rússia soviética com a Alemanha.
- 1917 Aparece o livro de Bourne *Education and Living*. É publicado um dos seus melhores ensaios "The War and the Intellectuals". Também vêm a luz "A War Diary" e "Twilight of Idols". *Seven Arts* é encerrada. Começa a colaborar com a revista *Dial*.
- 23.12.1917 Randolph Bourne falece, no dia 23 de Dezembro, devido a uma epidemia de gripe. Deixa inacabado o ensaio "The State" ("Contra a guerra") e, ainda, um texto autobiográfico.
- 08.01.1918 Perante o Congresso, o presidente Wilson profere aquele que será denominado o "Discurso dos Catorze Pontos" que, segundo Wilson, garantirão uma paz duradoura.
- 03.03.1918 Sob o acordo de armistício assinado em Brest-Litovsk, os alemães recebem importantes compensações de guerra.
- 21.03.1918 Durante a *Ofensiva de São Miguel* na Frente Ocidental, os britânicos, sob ataque intenso durante duas semanas, conseguem manter o território do Somme.
- 09.04.1918 A Alemanha lança um ataque geral, que durará até 29 de Abril, a *Ofensiva Georgette*, levando 46 divisões para as redondezas de Ypres. A estratégia implicava a separação das tropas inglesas, das francesas. As tropas alemãs, apesar do sucesso inicial, carecem de reforços e acabam por perder 330 000 homens.
- 16.05.1918 O Congresso aprova o *Sedition Act* que proíbe opiniões contra o esforço de guerra ou do Governo.
- 27.05.1918 Com a *Ofensiva Blucher-Yorck*, o alto comando do General Ludendorff pretende atacar o centro da França e avançar sobre Paris. No entanto, o desgaste em termos humanos fora enorme e o reforço de tropas aliadas impede o avanço das tropas alemãs.
- 04.06.1918 As tropas norte-americanas interrompem o avanço alemão contra Paris, em Chateau-Thierry.
- 09.06.1918 Na *Ofensiva Gneisenau* sobre Paris, os alemães são neutralizados por tropas francesas e norte-americanas.
- 01.07.1918 As tropas norte-americanas estacionadas na Europa superam um milhão de efectivos.
- 17.07.1918 A última ofensiva alemã, Marne-Reims, finaliza. O avanço alemão é neutralizado mais uma vez, por tropas francesas e norte-americanas que lançam um contra-ataque.
- 17.07.1918 É assassinado o czar Alexandre II. A guerra civil que se segue levará à morte perto de 15 milhões de pessoas.
- 18.07.1918 Começam as primeiras contra-ofensivas dos aliados sobre o rio Marne, que forçam a uma retirada alemã.
- 08.08.1918 Nas redondezas de Amiens, os alemães são submetidos a uma pesada derrota, que será denominada "Dia Negro". São feitos mais de 13 000 prisioneiros. Dá-se início a uma sucessão de vitórias aliadas que contam com a ajuda de tanques.
- 12.09.1918 Dá-se o primeiro ataque em solitário das tropas americanas, em St. Mihiel. Os norte-americanos fazem 15 000 prisioneiros com a ajuda de 1476 aviões.
- 15.09.1918 As tropas búlgaras são forçadas à saída da Sérvia. Surgem, na Bulgária, revoltas contra a guerra e proclamam-se sovietes locais.
- 19.09.1918 No Médio Oriente, os aliados vencem terreno aos turcos que são expulsos da Palestina.
- 26.09.1918 No corredor entre o rio Meuse e a floresta de Argonne, as tropas americanas e francesas tentam expulsar as tropas alemãs. Nas seis semanas seguintes, os americanos registam mais de 75 000 baixas.
- 28.09.1918 Os generais Ludendorff e Hindenburg, prevendo uma derrota militar, reúnem-se com o Kaiser, que concorda com a inevitabilidade do armistício.
- 29.09.1918 A Bulgária assina um armistício com os Aliados, sendo o primeiro país dos Potências Centrais a fazê-lo.
- 01.10.1918 Damasco é tomada pelas tropas aliadas.
- 02.10.1918 Contra todo o prognóstico da sociedade civil, o Parlamento alemão é informado de que a guerra está perdida.
- 04.10.1918 O presidente Wilson recebe uma petição formal alemã de armistício, nas linhas estabelecidas pelos "Catorze Pontos".
- 06.10.1918 É proclamado o estado da Jugoslávia, dando-se o final do império Austro-húngaro, após seis séculos de existência.

- 07.10.1918 A Polónia declara a sua independência do Império Russo.
- 13.10.1918 As tropas alemãs começam a sua retirada na Frente Ocidental, perante o avanço das tropas americanas e francesas.
- 14.10.1918 Os alemães abandonam as suas posições no Norte da França e na Bélgica.
- 24.10.1918 Começam as pesadas derrotas austro-húngaras na Itália. Morrem mais de 30 000 soldados e 400 000 são feitos prisioneiros.
- 29.10.1918 A Checoslováquia surge como país, após a independência dos seus territórios da Áustria e da Hungria.
- 30.10.1918 A Turquia assina o armistício com os Aliados.
- 03.11.1918 Dão-se os primeiros motins no exército alemão; a estes seguem-se revoltas ao estilo soviético em cidades como Munique, Estugarda e Berlim. A Áustria-Hungria assina o armistício com os aliados.
- 09.11.1918 Após uma revolta, o Kaiser Guilherme II abdica do trono.
- 11.11.1918 Finaliza a guerra, precisamente às 11 horas. 20 milhões terão falecido nos campos de batalha, e outros 20 milhões devido à fome e doenças.
- 18.01.1919 Tem início a *Conferência de Paz de Paris* com representantes de 32 países. O presidente Wilson é recebido por banhos de multidões em Roma e em Paris.
- 14.02.1919 Wilson apresenta, na *Conferência de Paris*, a sua proposta preliminar para a criação da *Sociedade das Nações*.
- 04.03.1919 É fundada, em Berlim, a Terceira Internacional ou Internacional Comunista (*Comintern*).
- 28.04.1919 É fundada a *Sociedade das Nações*.
- 28.06.1919 É assinado o *Tratado de Versalhes*, que dá por terminada a Primeira Guerra Mundial. Seguem-se revoltas na Alemanha, por causa da dureza das compensações de guerra.
- 31.07.1919 Nasce a *República de Weimar*, de carácter parlamentar.
- 02.10.1919 O presidente Wilson sofre um acidente vascular que o paralisa parcialmente e o impede de dar continuidade à sua campanha a favor da *Sociedade das Nações*.
- 19.11.1919 O senado dos EUA rejeita o *Tratado de Versalhes*.
- 31.08.1919 É fundado, nos EUA, o Partido Comunista dos Trabalhadores.
- 20.11.1920 Woodrow Wilson ganha o Prémio Nobel da Paz.